

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FABIA DE LUCA TISCOSKI

**RECUPERAÇÃO DO CRÉDITO DE ICMS DE PRODUTORES DE ARROZ PESSOA
FÍSICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

CRICIÚMA

2014

FABIA DE LUCA TISCOSKI

**RECUPERAÇÃO DO CRÉDITO DE ICMS DE PRODUTORES DE ARROZ PESSOA
FÍSICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de Bacharel no Curso
de Ciências Contábeis da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Fernando Marcos Garcia

CRICIÚMA

2014

FABIA DE LUCA TISCOSKI

**RECUPERAÇÃO DO CRÉDITO DE ICMS DE PRODUTORES DE ARROZ PESSOA
FÍSICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Tributária.

Criciúma, 10 de Julho de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Fernando Marcos Garcia – Especialista - UNESC – Orientador

Prof. Roberta Martins – Especialista - UNESC - Examinador

**Dedico este trabalho aos meus familiares
que sempre me apoiaram: meus pais
Antelmo e Ivanir, e minhas irmãs Erika e
Bruna.**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a DEUS que sempre me acompanhou e guiou nos momentos mais difíceis, fortalecendo minha fé e aumentando minha coragem para seguir em frente.

Agradeço aos meus pais que sempre me apoiaram e incentivaram, fazendo com que eu nunca desistisse de minhas metas. Também minhas irmãs Erika e Bruna que sempre acompanharam minha trajetória, e meus cunhados Leandro e Leonardo.

As minhas amigas e companheiras, Paula, Mayara, Ana Paula, Gabriela, Noéle, Aline, Jéssica, Bruna, Giovana e Sabrina, que sempre pude contar e me animaram nos momentos em que o cansaço queria me dominar.

Aos meus colegas e amigos de todos os dias na faculdade, que me acompanharam nesta conquista importante, Célio, Daniela e Camila.

Aos meus colegas de trabalho, e ao Valmor Gonçalves que contribuiu para o meu aprendizado durante os estudos.

Aos professores da faculdade por todo o conhecimento que compartilhamos. Principalmente ao orientador Fernando Marcos Garcia, que auxiliou na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

A todas as pessoas que participaram da minha vida nesta trajetória e de alguma forma contribuíram para o meu crescimento educacional.

A todos, muito obrigada.

**“A educação é a arma mais poderosa que
você pode usar para mudar o mundo.”**

Nelson Mandela

RESUMO

TISCOSKI, Fabia De Luca. **Recuperação do crédito de ICMS de produtores de arroz pessoa física no estado de Santa Catarina**. 2014. 70 p. Orientador: Prof. Especialista Fernando Marcos Garcia. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma –SC.

O presente trabalho de conclusão de curso visa demonstrar os procedimentos e documentos necessários para a recuperação do crédito de produtor rural pessoa física. Para realizar esta operação os produtores solicitam o auxílio do contador, o procedimento e o controle serão de responsabilidade deste profissional. Os produtores estão cada vez mais solicitando contadores devido à produção do arroz estar se expandindo e a fiscalização estar solicitando documentações, além da função gerencial e financeira. Para a recuperação do ICMS deverá ser apresentado na fiscalização, documentos pessoais do produtor, a nota de compra do bem, sendo que ele deve ser destinado para a realização de suas atividades, a CND do produtor e da empresa que receberá o crédito, declaração da Prefeitura Municipal, solicitação de liberação do crédito, guia DARE paga, Declaração de Aceite preenchida e notas fiscais de venda de arroz para o engenho. Estas documentações devem ser entregues na Secretaria regional, quando liberado o crédito, devido a ser imobilizado deverá respeitar o crédito em 48 parcelas, sendo que o contador será o responsável pelo controle. Este crédito ao ser liberado autorizará a transferência para o engenho e permitirá que ele se credite, assim sendo registrado na DIME. Para tanto, utilizou-se a seguinte metodologia para alcance dos objetivos deste trabalho e para a sua realização, efetuou-se uma pesquisa descritiva, na qual os procedimentos utilizados foram estudo bibliográfico e estudo de caso. Quanto à abordagem do problema foi do tipo qualitativa. A pesquisa demonstrou que a recuperação do crédito de ICMS é vantajosa para a empresa Rampinelli que adquire o crédito, para o produtor que recebe o valor do ICMS em espécie e para o governo que incentiva os produtores a registrarem suas operações com notas fiscais.

Palavras-chave: ICMS. Produtores rurais. Contabilidade rural. Direito tributário.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Principais países produtores de arroz.....	19
Figura 2 – Relação entre produção e consumo por estado.....	21
Figura 3 – Cadastro de produtor rural no estado de Santa Catarina.....	44
Figura 4 – Nota fiscal de produtor rural	45
Figura 5 – Contra nota emitida pela empresa Rampinelli referente a nota do produtor	46
Figura 6 – Nota de compra de maquinário pelo produtor rural	48
Figura 7 – Controle de ICMS a receber.....	50
Figura 8 – Declaração da Prefeitura Municipal de Forquilha.....	52
Figura 9 – Requerimento para a recuperação do ICMS	53
Figura 10 – Preenchimento da guia DARE	54
Figura 11 – Preenchimento das notas fiscais na Declaração de Aceite	55
Figura 12 – Informações das notas fiscais na Declaração de Aceite	56
Figura 13 – Declaração de Aceite	57
Figura 14 – Consulta do processo de recuperação do ICMS	58
Figura 15 – Ordem de Transferência de Crédito	59
Figura 16 – Autorização de Utilização de Crédito	60
Figura 17 – Quadro 46 da DIME	61
Figura 18 – Apuração do ICMS na DIME	62

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Desempenho da produção, rendimento médio e área plantada	20
Quadro 2 – Alíquotas intra-estaduais e interestaduais no Brasil	32
Quadro 3 – Informações da Ficha de Controle de Crédito	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.C.	Antes de Cristo
ART.	Artigo
AUC	Autorização de Utilização de Crédito
CCICMS	Cadastro de Contribuinte do ICMS
CFOP	Código Fiscal de Operações e de Prestações das entradas de mercadorias e bens e da aquisição de serviços
CIAP	Controle do crédito do ICMS do Ativo Permanente
CND	Certidão Negativa de Débitos
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPP	Contribuinte Patronal Previdenciário
DARE	Documentação de Arrecadação Estadual
DIME	Declaração do ICMS e do Movimento Econômico
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e extensão Rural de Santa Catarina
GIA	Guia de Informação e Apuração do ICMS
GNRE	Guia Nacional de Recolhimento de tributos Estaduais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IE	Imposto sobre Exportação
IGF	Imposto sobre Grandes Fortunas
II	Imposto sobre Importação
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotores
IR	Imposto sobre Renda
ISS	Imposto Sobre Serviços
ITBI	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
ITD	Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações

ITR	Imposto sobre a propriedade Territorial Rural
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
OTC	Ordem de Transferência de Crédito
PIS	Programa de Integração Social
RG	Registro Geral
RICMS-SC	Regulamento de ICMS de Santa Catarina
SAT	Sistema de Autenticação e Transmissão
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda
SINDARROZ	Sindicato da Indústria do Arroz
SRF	Secretaria da Receita Federal
ST	Substituição Tributária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA E PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 AGRICULTURA.....	16
2.1.1 Atividades agrícolas.....	17
2.2 CULTIVO DE ARROZ	18
2.2.1 Atividade no mundo	18
2.2.2 Prática no Brasil	19
2.2.3 Produção no estado de Santa Catarina.....	21
2.2.4 Pessoas jurídicas	22
2.2.5 Pessoas físicas.....	23
2.3 CONTABILIDADE RURAL	23
2.3.1 Importância da Contabilidade Rural	24
2.3.1.1 Área tributária.....	25
2.4 DIREITO TRIBUTÁRIO	26
2.4.1 Espécies tributárias	27
2.4.2 Princípios	28
2.5 IMPOSTOS SUJEITOS AO PRODUTOR RURAL	28
2.5.1 Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	29
2.5.1.1 Fato gerador.....	29
2.5.1.2 Contribuinte e responsável.....	31
2.5.1.3 Alíquotas e base de cálculo.....	31
2.5.1.4 Cálculo do ICMS e diferencial de alíquota.....	33
2.5.1.5 Origem do débito.....	33
2.5.1.6 Origem do crédito	34
2.5.1.7 Transferência do ICMS.....	35
2.5.1.8 Apuração do ICMS	38
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	40
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	40
4 ESTUDO DE CASO DE RECUPERAÇÃO DE ICMS DE PRODUTORES DE ARROZ PESSOA FÍSICA INTERLIGADO A UMA EMPRESA DE ALIMENTOS DO SUL DE SANTA CATARINA	42
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	42
4.2 OBJETO DE ESTUDO	43
4.2.1 Produtores rurais	43
4.2.2 Tributação de ICMS dos produtores rurais.....	47

4.2.3 Documentos necessários para solicitação da recuperação do tributo	50
4.2.4 Procedimento para liberação de ICMS	51
4.2.5 Transferência do crédito para a empresa Rampinelli	58
4.2.6 Registro do crédito do ICMS de produtor e apuração da DIME	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
5.1 SUGESTÕES	64
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE	68
APÊNDICE A – Ficha de Controle de Crédito	69
APÊNDICE B - Documentos e procedimentos para a recuperação do ICMS de produtor rural	70

1 INTRODUÇÃO

No presente capítulo será apresentado o tema da pesquisa, que é a atividade rural, com foco na produção de arroz, também relatando a recuperação do crédito de ICMS destes produtores rurais. Deste modo chegando ao problema, sendo a inexistência de informações e auxílio para estes produtores realizarem a recuperação do imposto.

Também serão mencionados os objetivos desta pesquisa, sendo que é de suma importância para os produtores rurais e para os contadores, e a justificativa para a elaboração deste trabalho, que abrange a sociedade e tem relevância para a mesma.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Atualmente a região Sul do Brasil é a responsável pela maior produção de arroz irrigado do país. Este alimento é produzido, cada vez mais, tanto por pessoas jurídicas quanto físicas, e devido ao crescimento desta produção surge a Contabilidade Rural para auxiliá-los.

No mundo, o arroz é produzido principalmente nos países como China, Índia e Indonésia. Também há grande circulação entre os países com importações e exportações. O principal motivo das importações é o fato da produção do país não suprir a necessidade, além da ocorrência de perdas na safra, que também ocasiona a falta de alimento. A produção do arroz está aumentando gradativamente, assim como a população e o consumo de alimentos de cesta básica também.

Devido às exigências da fiscalização, muitos produtores, classificados como pessoas físicas estão contratando contadores para auxiliá-los. No ramo de empresas agroindustriais é mais comum a existência de um contador, tanto para empresas de grande a pequeno porte. Porém os produtores autônomos, devido à emissão de notas fiscais, impostos a recolher e a recuperar, e também aos seus custos, estão se direcionando a um contador.

Os produtores solicitam um contador para auxiliá-los na recuperação de crédito de ICMS. Este crédito é originado a partir da compra de alguns imobilizados para exercer a sua atividade agrícola, como as máquinas agrícolas, por exemplo.

Para que este ICMS possa ser recuperado e transferido deve ser apresentada uma série de documentos para à fiscalização.

Conforme apresentado, a fim de esclarecer o tributo ICMS para produtores rurais classificados como pessoa física, é feita a seguinte interrogação: De que forma é realizado o recebimento de crédito de ICMS de um produtor rural?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O trabalho tem como objetivo geral analisar os métodos e procedimentos do recebimento do crédito de ICMS pelo produtor rural, com ligação a uma empresa agroindustrial.

Fundamentando o objetivo geral, apresentam-se como objetivos específicos os itens a seguir:

- Identificar de que forma o produtor pode fazer o requerimento para recuperar seu ICMS;
- Mapear o processo de recuperação de crédito de ICMS do produtor rural;
- Analisar de que forma a empresa agroindustrial realizará o crédito de ICMS.

1.3 JUSTIFICATIVA

Pelo fato da produção de arroz estar crescendo e a quantidade de produtores aumentando no estado de Santa Catarina, se busca através deste estudo orientar estes produtores em relação à importância da contabilidade rural. Maior parte das pessoas jurídicas do ramo agroindustrial já possui um contador, porém as pessoas físicas que são produtoras não têm conhecimento da função da contabilidade. A contabilidade visa auxiliar tanto na área contábil quanto na fiscal, tributária, de custos, planejamento, entre outros.

Deste modo visa-se enfatizar o surgimento do crédito de ICMS, as documentações necessárias para o reconhecimento do mesmo, os processos a serem adotados para a transferência e como é realizado o crédito na empresa que adquire o tributo. Assim o tema tratado é de suma importância para os produtores

tanto quanto para as empresas que adquirem estes créditos, pois eles terão ciência de como ocorre este processo, e de que forma cada parte terá vantagens, além de ter a ciência dos procedimentos, documentos necessários e controles a serem feitos.

A relevância deste trabalho se encontra no desconhecimento dos produtores em relação aos seus direitos. Tendo o foco na área tributária, onde os agricultores poderão se creditar e recuperar o valor de ICMS já pagos em aquisições de imobilizados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será mencionada a agricultura, descrevendo os tipos de atividades, com foco na produção do arroz. Será demonstrado o surgimento da produção do arroz e a sua expansão pelo mundo, até a chegada ao estado de Santa Catarina. Também serão diferenciados os dois tipos de pessoas que podem praticar a rizicultura, sendo pessoa jurídica e pessoa física.

Como auxílio à atividade rural, surge a contabilidade rural, sendo que ela subdivide-se de acordo com as áreas de atuação. Com foco na recuperação do crédito de ICMS de produtores que adquirem bens no quais geram o direito ao crédito, se tem como embasamento o direito tributário e a contabilidade rural.

2.1 AGRICULTURA

A atividade agrícola sempre teve um papel importante para a população e para a economia das regiões onde ela atua. Para a população, pois é de onde surgem os suprimentos para a sua sobrevivência, e para economia, pois há a comercialização destes produtos, e até mesmo as exportações e importações.

Segundo Marion (2002, p. 24) “empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas.”. O mesmo autor ainda cita que na produção agrícola se enquadra apenas a produção de vegetais, e a atividade agroindustrial são as indústrias rurais.

A atividade agrícola é regida pela Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, onde cita no artigo 2º as seguintes políticas:

- I - a atividade agrícola compreende processos físicos, químicos e biológicos, onde os recursos naturais envolvidos devem ser utilizados e gerenciados, subordinando-se às normas e princípios de interesse público, de forma que seja cumprida a função social e econômica da propriedade;
- II - o setor agrícola é constituído por segmentos como: produção, insumos, agroindústria, comércio, abastecimento e afins, os quais respondem diferenciadamente às políticas públicas e às forças de mercado;
- III - como atividade econômica, a agricultura deve proporcionar, aos que a ela se dediquem, rentabilidade compatível com a de outros setores da economia;
- IV - o adequado abastecimento alimentar é condição básica para garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico-social;

V - a produção agrícola ocorre em estabelecimentos rurais heterogêneos quanto à estrutura fundiária, condições edafoclimáticas, disponibilidade de infraestrutura, capacidade empresarial, níveis tecnológicos e condições sociais, econômicas e culturais;

VI - o processo de desenvolvimento agrícola deve proporcionar ao homem do campo o acesso aos serviços essenciais: saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e outros benefícios sociais.

Conforme Oliveira (2010) a atividade agrícola surgiu no início das civilizações, quando o homem começou a plantar sementes para a obtenção de alimentos para a sua sobrevivência. Com o tempo o cultivo foi se aperfeiçoando, sendo descoberta as sazonalidades e a criação de animais, o homem também passou a negociar a sua produção.

Oliveira (2010, p. 17) ainda cita que a agricultura passou a depender de serviços, máquinas e insumos, que não estão ligados diretamente ao cultivo, assim “essa nova maneira de organizar induziu a necessidade de uma concepção diferente de agricultura, pois já não se tratava de propriedades autossuficientes, mas de um complexo de bens, serviços e infraestrutura [...]”. Devido a este novo modelo de agricultura, foi criado o agronegócio e as agroindústrias, para serem diferenciados da agricultura primária.

2.1.1 Atividades agrícolas

A Lei 8.171 de 1991 em seu parágrafo único do artigo 1º afirma que atividade agrícola é a produção, processamento e comercialização de produtos, subprodutos e derivados da pecuária, agricultura, pesca e florestas.

Segundo Crepaldi (2007) as atividades agrícolas englobam todas as atividades que explorem a terra, podendo ser cultivo de lavouras e florestas, sendo produtos que satisfaçam as necessidades do homem.

O mesmo autor ainda afirma que a agricultura deve produzir alimentos com qualidade e com valores acessíveis, disponibilizar matéria-prima para as indústrias, proporcionar retorno ao país com exportações e dar emprego e sustentabilidade aos produtores rurais.

Marion (2002) cita que a atividade agrícola é dividida em cultura hortícola e forrageira, e arboricultura. Na primeira encontram-se a produção de cereais,

hortaliças, tubérculos, plantas oleaginosas, especiarias, fibras, floriculturas, entre outros. E na segunda se encontra o florestamento, pomares, vinhedos, etc.

2.2 CULTIVO DE ARROZ

A produção do arroz também é conhecida por rizicultura, ela se enquadra no tipo de atividade hortícola e forrageira, como produção de cereais.

Segundo Oliveira e Vieira (2014) existem dois tipos de cultivo de arroz, o sequeiro e o irrigado, sendo que o segundo é produzido e consumido com maior abrangência. Este produto é classificado como cesta básica, necessário para a população, e se encontra em terceiro, por classificação de produção e consumo.

2.2.1 Atividade no mundo

Os registros mais antigos do surgimento da produção do arroz foi 5.000 a.C. na China. Oliveira e Vieira (2014) afirmam que

bem antes de qualquer evidência histórica, o arroz foi, provavelmente, o principal alimento e a primeira planta cultivada na Ásia. Diversos historiadores e cientistas apontam o sudeste da Ásia como seu local de origem. Na Índia, uma das regiões de maior diversidade de tipos de arroz, as províncias de Bengala, Assam e Mianmar têm também sido referidas como centros de origem.

Apesar de se ter registros apenas na China, a produção do arroz na Índia é citado em todas as escrituras, neste país o arroz já era muito conhecido por ser utilizado para oferendas religiosas. Após o surgimento na Índia a produção se difundiu para a China e em seguida para as regiões sul e leste. Este cultivo foi se repassando de país para país, com os Árabes levando até os países Mediterrâneos, os sarracenos até a Espanha, os espanhóis até a Itália, e assim consecutivamente. (OLIVEIRA; VIEIRA, 2014).

Estes autores afirmam que “[...] o arroz encontra-se disseminado no mundo todo, sendo cultivado em todos os continentes, em cerca de 120 países e seu consumo pela população mundial é um hábito inquestionável.”.

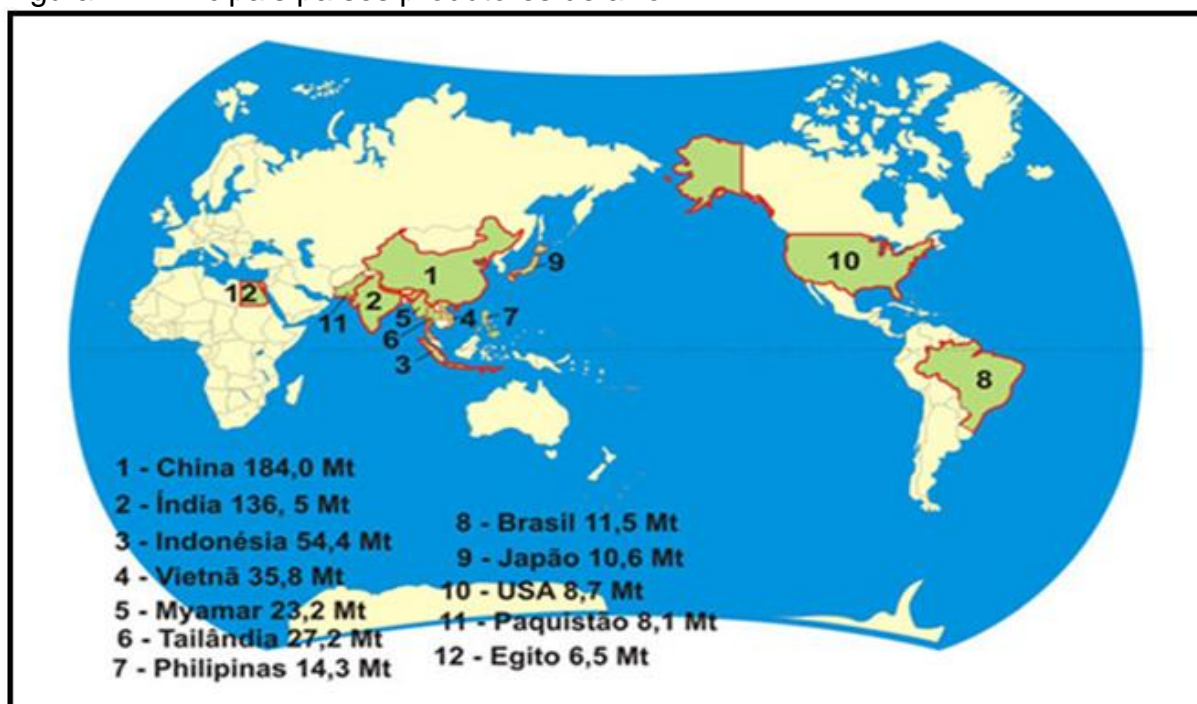
O grão é

cultivado em todo mundo, o arroz desempenha papel importante, como alimento básico da população mundial, principalmente no continente

asiático. Entre os principais grãos cultivados no mundo apresenta-se como o terceiro em volume produzido e área cultivada, perdendo apenas para o trigo e milho. No entanto é o cereal consumido com menor agregação de valores. (OLIVEIRA; VIEIRA, 2014).

Silva, Wander e Ferreira (2014) citam que na produção mundial de arroz pouco é destinado ao comércio internacional. A importação pode ser dividida no grupo fixo e no variável, no primeiro se enquadram os países em que não tem a produção suficiente para suprir as necessidades, e no segundo é devido à baixa produção em alguma safra. No mundo a produção do arroz é praticada em todos continentes, o país que mais produz é a China, conforme demonstrado na figura 1 com os principais países produtores.

Figura 1 - Principais países produtores de arroz



Fonte: Silva, Wander e Ferreira (2014).

Oliveira e Vieira (2014) ainda completam que a produção do arroz no mundo está estimada para aumentar em 1,4% ao ano, com o auxílio da tecnologia, e visando reduzir a carência alimentar.

2.2.2 Prática no Brasil

No Brasil não há registros de quando se iniciou o cultivo de arroz, mas há a hipótese de ser o primeiro país da América a produzir este cereal. Existe o

princípio de que já era cultivado antes dos portugueses chegarem à região, pelos índios, porém este produto era conhecido como “milho d’água”, que ficavam em lagoas perto do litoral. Foi somente com a colonização portuguesa que se teve a descoberta do cultivo do arroz no país. (AZAMBUJA; MAGALHÃES; VERNETTI, 2014).

Segundo Azambuja, Magalhães e Verneti (2014) “o Brasil figura entre os dez maiores produtores e consumidores de arroz no mundo.”. No ano de 1587 havia plantações de arroz no estado da Bahia e em 1745 no Maranhão. No ano de 1766 foi instalada no Rio de Janeiro a primeira descascadora de arroz. Apenas no século XVIII que a cultura passou a ser organizada e racional, desta época até o momento atual o país é considerado um grande exportador de arroz.

Conforme Gasques, Vieira Filho e Navarro (2010) com informações fornecidas pelo IBGE foi possível analisar o aumento da produção, do rendimento médio e redução da área plantada, sendo que são diversos os fatores deste avanço no cultivo do arroz, tendo como principal o avanço tecnológico, com a utilização de máquinas para o plantio e colheita. No quadro 1 é demonstrado esse desempenho do período de 1950 a 2006.

Quadro 1 – Desempenho da produção, rendimento médio e área plantada

Produção, Rendimento médio e Área plantada								
	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Produção em toneladas	2.784.989	3.762.212	5.271.272	7.548.930	8.086.747	8.986.289	8.047.895	9.447.257
Área colhida (ha)	2.163.653	2.950.043	4.312.134	5.662.875	5.712.072	5.173.330	2.968.126	2.409.587
Rendimento médio (kg/ha)	1.287,17	1.275,31	1.222,43	1.333,06	1.415,73	1.737,04	2.711,44	3.920,70

Fonte: Adaptado de Gasques, Vieira Filho e Navarro (2010, p. 24).

Silva, Wander e Ferreira (2014) afirmam que o arroz irrigado é consumido em todo o Brasil, mas a sua produção se encontra com maior foco na região Sul, sendo ela de 53,6% sobre a produção brasileira. O Brasil se divide em três principais polos de produção: região Sul, região Central e o estado do Maranhão. A figura 2 demonstra os estados de acordo com a sua produção e seu consumo. Sendo Superávit os estados em que produzem mais que consomem, Déficit os que consomem mais que produzem e equilíbrio os que produzem relativamente com o que consomem.

plantação aumentou apenas 1,4 vezes, enquanto a produção duplicou, assim se teve um incremento de 3,6 vezes à produção estadual. Já comparando de 1977 a 2005, o crescimento da produção foi de 4,8 vezes.

O principal produto da agroindústria catarinense de arroz é o parboilizado, o qual é comercializado, principalmente nos estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e estados do Nordeste brasileiro. O consumo de arroz beneficiado pelos catarinenses é em torno de 250 mil toneladas anuais, representando apenas 25% da quantidade total produzida. (EPAGRI, 2014).

Conforme a Epagri (2014) em Santa Catarina existem 54 indústrias de beneficiamento de arroz associadas ao Sindarroz-SC (Sindicato da Indústria de Arroz de Santa Catarina) e 16 pequenos engenhos que não são associados, estes engenhos atuam apenas na época de safra. O estado tem a capacidade de industrialização de 1,4 milhões toneladas de arroz, sendo que 400 mil é oriundo do estado do Rio Grande do Sul, e o restante do próprio estado de Santa Catarina. O Rio Grande do Sul é considerado o estado com maior cultivo de arroz, e Santa Catarina o segundo, porém em industrialização Santa Catarina fica em primeiro.

2.2.4 Pessoas jurídicas

O autor Marion (2002) afirma que a atividade de pessoas jurídicas se caracteriza pela atividade agroindustrial, que é a transformação da matéria prima em produto acabado. Na área agrícola se tem o beneficiamento e a transformação, no beneficiamento se enquadram o arroz, o café e o milho, e na transformação a cana-de-açúcar, a soja, as uvas e o trigo.

Marion (2002, p. 29) ainda comenta que “pessoa jurídica é a união de indivíduos que, por meio de um trato reconhecido por lei, formam uma nova pessoa, com personalidade distinta da de seus membros.”. São conhecidas por empresas as pessoas jurídicas, e elas podem ter fins lucrativos ou não.

Este autor menciona que as pessoas jurídicas podem se dividir em sociedades civis e sociedades comerciais. As sociedades civis são prestadoras de serviços com ou sem lucros, não praticando a compra e venda de mercadorias, como exemplo: clínicas e cooperativas. E as sociedades comerciais, que também são conhecidas por sociedades mercantis, são as empresas que compram a matéria

prima de terceiros e a transformam em produto acabado e depois vendem, como exemplo, as agroindústrias.

Segundo Oliveira (2010) as pessoas jurídicas do ramo rural são obrigadas a registrar seus movimentos em livros fiscais, sendo realizado por um profissional contábil.

2.2.5 Pessoas físicas

De acordo com Marion (2002, p. 29) “pessoa física é a pessoa natural, é todo ser humano, é todo indivíduo (sem nenhuma exceção). A existência da pessoa física termina com a morte.”.

As pessoas físicas que tem a atividade rural se subdividem em médio e pequeno porte, e as de grande porte. As de pequeno e médio porte não necessitam fazer a escrituração de suas movimentações, e as de grande porte devem fazer as suas escriturações conforme as empresas, através de registro de débito e crédito. Para classificar um produtor em grande, médio e pequeno porte, é necessário saber a sua Receita Bruta, que é informada no Imposto de Renda. (MARION, 2002).

No Brasil a prática rural predomina por pessoas físicas, sendo que

uma das razões dessa preferência pode ser o fato de ser menos onerosa; mas pode haver outra razão, que é a de ter uma administração mais voltada para a produção do que para controles, isto é, uma administração mais familiar do que profissional, em razão de um grande número de propriedades pertencer a uma mesma família. (OLIVEIRA, 2010, p. 20).

Segundo o mesmo autor, os produtores de pequeno e médio porte precisam registrar seus documentos e movimentação apenas no livro caixa, que já equivale para efeitos de escrituração. O produtor rural primário deve se registrar na Unidade Setorial de Fiscalização, deste modo obterá o Registro Sumário de Produtor para poder realizar suas operações.

2.3 CONTABILIDADE RURAL

A contabilidade rural estuda de modo geral as atividades rurais. Porém existem as contabilidades em que focam no ramo de atividade, onde se estuda a empresa de acordo com a sua prática. (MARION, 2002).

Marion (2002) ainda diz que existe a contabilidade agrícola, rural, zootécnica, da pecuária, agropecuária e da agroindústria. Na área rural o exercício social não deve ser considerado conforme as demais empresas, tendo o seu encerramento no último mês do ano em vigência, mas é aconselhado que o encerramento seja feito após a colheita e a venda dos produtos. A maior parte dos produtores colhe e em seguida vende, poucos armazenam para vender em prazo maior. Deste modo é na época da safra que irá gerar a receita.

Carneiro e Carneiro (1984 apud MEDEIROS, 1999) afirma que a contabilidade agrária surgiu juntamente com a criação do Ministério da Agricultura, no ano de 1906, assim a contabilidade passou a ser usual no comércio. Nos anos de 1954, 1956 e 1983 foram publicados livros voltados à contabilidade agrária, que tiveram muita importância tanto para os contadores quanto para os agricultores. Em 1985 com a publicação do livro Contabilidade Rural, se teve maior conhecimento, pois o mesmo abrangia a contabilidade agrícola e pecuária.

A contabilidade se caracteriza por ser uma ferramenta de controle, onde acompanha todos os fatos e os registra, pode também fornecer informações e análises. Sendo assim a contabilidade rural é decisiva para os produtores.

2.3.1 Importância da Contabilidade Rural

Segundo Crepaldi (2012) a contabilidade existe há muitos anos, e a cada ano vem se aperfeiçoando e atualizando para melhor suprir as necessidades de seus usuários. A contabilidade com foco na área rural não é muito divulgada, deste modo poucos tem o conhecimento aprofundado da mesma, principalmente os agricultores que são os maiores interessados.

É de suma importância o conhecimento e aplicação da contabilidade rural. Ela desempenha o papel de ferramenta gerencial, deste modo poderá obter o planejamento, controle e tomada de decisão mais adequada. Apesar de atualmente já ser solicitado documentos e controles das operações dos produtores, ainda há situações em que não é legalizada a operação com documentos, assim com a contabilidade, será controlado estes documentos e os mesmos registrados. (CREPALDI, 2012).

Conforme Crepaldi (2012, p. 78) as principais finalidade da contabilidade são:

- Orientar as operações agrícolas e pecuárias;
- Medir o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva individualmente;
- Controlar as transações financeiras;
- Apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção, das vendas e dos investimentos;
- Auxiliar as projeções de fluxos de caixa e necessidades de crédito;
- Permitir a comparação da performance da empresa no tempo, e desta com as outras empresas;
- Conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família;
- Justificar a liquidez e capacidade de pagamento da empresa junto aos agentes financeiros e outros credores;
- Usar informações para a declaração do IR.

O mesmo autor cita que a contabilidade também tem um foco importante na área tributária, principalmente na tributação do Imposto de Renda. Porém há outros impostos que o produtor não tem o conhecimento de sua incidência, como o ICMS de aquisições de bens e insumos.

2.3.1.1 Área tributária

A área tributária visa auxiliar o produtor rural classificado como pessoa física e jurídica. A Lei 5.172 de 1966 em seu artigo 1º afirma que os tributos podem incidir no âmbito municipal, estadual e federal. Existem impostos específicos incidentes para todas as operações, porém para produtores rurais são apenas alguns impostos incidentes.

Conforme Crepaldi (2012, p. 79) “a apuração e tributação dos resultados da atividade rural será efetuada de acordo com as normas previstas na Instrução Normativa SRF nº 83 de 11/10/2001.” Esta instrução afirma que os registros de produtores rurais poderão ser realizados pelo livro caixa. Além dos registros contábeis, a contabilidade auxiliará na tributação do Imposto de Renda e demais contribuições e impostos.

Marafon (1995 apud MEDEIROS, 1999) menciona que o produtor rural pessoa física, recebe incentivos fiscais. Os impostos incidentes para os agricultores são particularmente de natureza federal, o principal imposto é o IR, que deve ser calculado uma vez ao ano, outro imposto é o ITR, que é calculado sobre a área territorial que o produtor utiliza, e as contribuições. Em Santa Catarina é dado o

direito de crédito de ICMS sobre compras de insumos e imobilizados destinados à produção.

2.4 DIREITO TRIBUTÁRIO

O direito tributário surge com o intuito de arrecadar recursos para manter a área pública, deste modo existem tributos que podem ser do âmbito estadual, federal e municipal. Direito tributário é responsável pela orientação de todos os tributos. Direito se caracteriza pelo conjunto de regras, e tributário se refere ao pagamento de impostos para entes públicos. As partes destacam-se como o ente público estatal de um lado, e o contribuinte de outro. (SABBAG, 2013).

O autor Pêgas (2007) afirma que no Brasil a última reforma tributária ocorreu entre 1965 e 1967. Na época o país foi considerado ter um sistema moderno, comparado com os outros países. Com esta reforma, a principal alteração foi a inclusão do ICMS e do IPI, sendo de competência estadual e federal respectivamente.

Com a Constituição Federal de 1988 os tributos foram divididos entre o estado, município e união. Esta divisão foi refeita para suprir as necessidades de cada um, sendo que o Brasil possuía muitas dívidas adquiridas no passado. A nova redistribuição passou a englobar na União: IR, IPI, II, IOF, ITR, IE e IGF, no Estado: ICMS, ITD e IPVA, e no município: ISS, ITBI e IPTU. (PÊGAS, 2007).

A fonte do direito tributário é a lei, segundo Amaro (2013, p. 189)

no direito tributário, centrado no princípio da legalidade, a lei exerce o papel de maior importância. Outros atos, sem a estatura da lei, podem atuar apenas em assuntos periféricos da tributação (como a aprovação de formulários de prestação de informações, de guias de recolhimento etc.).

A obrigação tributária se caracteriza pelo devedor ter que quitar sua dívida perante o credor, que tem o direito da cobrança. O devedor é conhecido por ser o sujeito passivo e o credor o sujeito ativo. O fato gerador é a ação da pessoa, física ou jurídica, que está prevista em lei a incidência de imposto. (AMARO, 2013).

Segundo Alexandre (2013) os tributos podem ter a finalidade fiscal, extrafiscal e parafiscal. O primeiro se define pelos impostos que visam arrecadar para o cofre público. O segundo são tributos cobrados para intervir na economia ou

na sociedade, e a parafiscal é quando o poder de arrecadar é repassado para outro ente que está atuando como sujeito ativo.

O artigo 2º da Lei 5.172 de 1966 afirma que o sistema tributário nacional é regido pela Emenda Constitucional de 1965, por leis complementares, resoluções do Senado Federal e leis federais, municipais e estaduais.

2.4.1 Espécies tributárias

Pêgas (2007) cita que existem cinco espécies de tributos. Os impostos que são de competência dos estados, municípios e União. As taxas que também são de competência dos três entes, as contribuições de melhorias, o empréstimo compulsório devido à União, e as contribuições especiais também da União.

Segundo a Lei 5.172 de 1966, “tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”.

Conforme o artigo 16 desta mesma lei, “imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.”.

Amaro (2013) afirma que taxas são serviços em que o Estado presta aos cidadãos e cobra deles um valor pecuniário. Já a contribuição de melhoria é oriunda de obras fornecidas pelo governo, onde conseqüentemente trará uma melhoria para os cidadãos. Os empréstimos compulsórios poderão ser adquiridos pela União devido a despesas com calamidade pública, guerra ou sua iminência, e com investimento público urgente e de importância à nação. As contribuições especiais se dividem em sociais, que são direcionadas a sociedade, a de intervenção no domínio econômico, destinadas a manter as atividades econômicas da União, e as profissionais ou econômicas, para as instituições representativas ou de fiscalização de corporações.

2.4.2 Princípios

Segundo Amaro (2013) os tributos podem ser criados e alterados pelos municípios, estados, união e pelo Distrito Federal, desde que autorizado pela Constituição, e sendo o imposto de sua competência. Porém existem algumas limitações que devem ser respeitadas para realizar alterações nos tributos.

As limitações de tributar são nomeadas de princípios. Existem os princípios de: legalidade tributária, irretroatividade da lei tributária, anterioridade da lei, isonomia ou igualdade, noventena, capacidade contributiva e vedação de tributo confiscatório. (AMARO, 2013).

O mesmo autor afirma que o princípio da legalidade estabelece que os tributos não podem ser cobrados ou aumentados seus valores sem lei que autorize. A irretroatividade define que os tributos somente poderão ser cobrados após a vigência da lei, com exceção de casos que o contribuinte seja o beneficiado. O princípio da anterioridade impede que o tributo seja aumentado ou cobrado no mesmo exercício financeiro que a publicação da lei. Já a noventena não autoriza a cobrança ou aumento do tributo em período inferior a noventa dias. Na igualdade é definido que todos os contribuintes devem ser tratados de forma igual. A capacidade contributiva é definida da seguinte forma: quem tem maior capacidade econômica pagará mais, e quem tem menos, pagará menos. E a vedação do tributo confiscatório é a limitação do poder de cobrar tributos, não esgotando as riquezas da população.

2.5 IMPOSTOS SUJEITOS AO PRODUTOR RURAL

Os impostos incidentes para produtores rurais são o Imposto de Renda, ITR quando houver posse de terras, e contribuições. Há casos em que o tributo deveria incidir, porém existe o diferimento, como é o caso do ICMS. (MARIANO, 2010).

O mesmo autor cita que o IR será calculado através do livro caixa, onde são apuradas as receitas e deste valor descontadas as despesas. Assim do valor originado é calculada a alíquota do imposto e obtido o valor devido. Para o ITR o

cálculo será sobre a quantidade de hectares que o produtor possui em área rural. Mariano ainda cita que

no âmbito estadual, a Secretaria da Fazenda estabelece que o produtor rural seja beneficiado pelo regime de diferimento do ICMS, ou seja, quem arca com o pagamento do ICMS sobre os produtos comercializados é o estabelecimento que receber tais produtos para industrialização e/ou comercialização. Para isto a Secretaria da Fazenda determina que o Produtor Rural realize sua inscrição estadual nesta condição, trabalhando com a emissão da nota fiscal.

Além dos impostos mencionados, incidem as contribuições previdenciárias e sindicais. A segunda é devida por todos que participam de uma atividade econômica, no caso a rural, e a previdenciária é cobrada para que o produtor possa receber benefícios por incapacidade, tempo de serviço, desemprego, entre outros. (ANCELES, 2001).

2.5.1 Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

O ICMS se define por ser o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte e de comunicação, este imposto é regido pelo artigo 155 da Constituição Federal. O tributo é arrecadado pelos Estados e pelo Distrito Federal.

O imposto é de ordem estadual, mas os municípios recebem um percentual deste imposto arrecadado. Segundo Freitas (2007) com a Constituição de 1988 a arrecadação dos municípios passou de 20% para 25% sobre o total arrecadado pelos estados.

2.5.1.1 Fato gerador

O fato gerador se caracteriza por ser toda a circulação de mercadorias, assim, conforme o Regulamento de ICMS de Santa Catarina em seu artigo 1º, o tributo passará a existir a partir de:

- I - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;
- II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

III - prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

IV - o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V - o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual;

VI - o recebimento de mercadorias, destinadas a consumo ou integração ao ativo permanente, oriundas de outra unidade da Federação;

VII - a utilização, por contribuinte, de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outro Estado ou no Distrito Federal e não esteja vinculada à operação ou prestação subsequente.

Parágrafo único. O imposto incide também:

I - sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade (Lei nº 12.498/02);

II - sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III - sobre a entrada, no território do Estado, em operação interestadual, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização.

Porém segundo RICMS de Santa Catarina, em seu artigo 6º, existem algumas operações que se caracterizarão por circulação de mercadorias e não incidirão o ICMS, sendo elas:

I - operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão;

II - operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços;

III - operações interestaduais relativas à energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização;

IV - operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial;

V - operações relativas a mercadorias que tenham sido ou que se destinem a ser utilizadas na prestação, pelo próprio autor da saída, de serviço de qualquer natureza definido em lei complementar como sujeito ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios, ressalvadas as hipóteses previstas na mesma lei complementar;

VI - operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie;

VII - operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor;

VIII - operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário;

IX - operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de bens móveis salvados de sinistro para companhias seguradoras.

§ 1º Equipara-se às operações de que trata o inciso II a saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a:

I - empresa comercial exportadora, inclusive "tradings", ou outro estabelecimento da mesma empresa;

II - armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro.

§ 2º Entendem-se compreendidas na equiparação prevista no § 1º, além das saídas com destino a empresa comercial exportadora, inclusive “trading”, regulada pelo Decreto-Lei Federal nº 1.248, de 29 de dezembro de 1972, as saídas com destino à empresa exportadora com o fim específico de exportação, hipótese em que atenderão ao disposto no Anexo 6, Título II, Capítulo XXX, exceto quanto à exigência de indicação na Nota Fiscal do número de inscrição do exportador na Secretaria de Comércio Exterior - SECEX - do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, prevista no art. 194 do referido Anexo (Lei nº 12.567/03, art. 8º).

O autor Pêgas (2007) afirma que o ICMS independe da natureza jurídica da operação, sendo que a origem do imposto é a circulação da mercadoria, podendo ser oriunda de vendas, transferências, doações, permuta, e outros.

2.5.1.2 Contribuinte e responsável

O contribuinte é toda pessoa física ou jurídica que realiza comercialização, prestação de serviço intermunicipal ou interestadual, serviço de telecomunicação e circule mercadorias. Além destas operações existe a importação de mercadorias, serviços prestados no exterior, aquisição de bens em leilões e aquisição de combustíveis e lubrificantes. (PÊGAS, 2007).

As pessoas que são responsáveis pelo pagamento do imposto, que se enquadram como sujeito passivo, são primeiramente os contribuintes, porém a obrigação pode ser repassada para outro responsável conforme o artigo 8º do Regulamento do ICMS de Santa Catarina, como os casos dos armazéns gerais ou depositários, transportadores, solidariamente, representantes e mandatários, operações com pessoas não inscritas, ou produtor rural ou pescador, possuidor da mercadoria, leiloeiro e substituto tributário.

2.5.1.3 Alíquotas e base de cálculo

As alíquotas pertinentes variam de acordo com o estado,

- a) Alíquota de 7%: para operação interestaduais que destinarem mercadorias ou serviços a contribuintes dos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste e para o Espírito Santo;
- b) Alíquota de 12%: para operações interestaduais que destinarem mercadorias ou serviços a contribuintes dos Estados das regiões Sul e Sudeste;

c) Alíquota de 17% ou 18%: para operações de importação. (SABBAG, 2013, p. 1072).

Além das alíquotas mencionadas, Bornholdt (2001) comenta que incide a alíquota de 25% sobre as operações estaduais e interestaduais, oriundas da energia, serviço de comunicação, gasolina automotiva e álcool, e produtos supérfluos. Pêgas (2007) afirma que no Brasil existem mais de 40 alíquotas, porque cada estado pode definir a alíquota a ser utilizada nas suas operações internas, sendo que a menor alíquota não poderá ser inferior que a interestadual, que é de 7%. No quadro 2 são apresentadas as alíquotas de operações intra-estaduais e interestaduais nos 26 estados brasileiros e Distrito Federal.

Quadro 2 – Alíquotas intra-estaduais e interestaduais no Brasil

Aliquota Interna do ICMS		D E S T I N O																											
O R I G E M		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RN	RS	RJ	RO	RR	SC	SP	SE	TO	
	AC	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	
	AL	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	
	AM	12	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	
	AP	12	12	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	
	BA	12	12	12	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	
	CE	12	12	12	12	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	
	DF	12	12	12	12	12	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	
	ES	12	12	12	12	12	12	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	
	GO	12	12	12	12	12	12	12	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	
	MA	12	12	12	12	12	12	12	12	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	
	MT	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	
	MS	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	
	MG	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	18	7	7	12	7	7	7	12	12	7	7	12	12	7	7	
	PA	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	
	PB	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	
	PR	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	12	7	7	18	7	7	7	12	12	7	7	12	12	7	7	
	PE	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	
	PI	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	
	RN	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	
	RS	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	12	7	7	12	7	7	7	17	12	7	7	12	12	7	7	
	RJ	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	12	7	7	12	7	7	7	12	19	7	7	12	12	7	7	
	RO	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	17	12	12	12	12	12	12	
	RR	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	17	12	12	12	12	12	
	SC	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	12	7	7	12	7	7	7	12	12	7	7	17	12	7	7	
	SP	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	12	7	7	12	7	7	7	12	12	7	7	12	18	7	7	
	SE	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	17	12	
TO	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	17		

Fonte: <http://flexsys.no-ip.info/news/frmEstados.htm>

Segundo o artigo 26 do RICMS-SC as alíquotas utilizadas são de 17% para operações dentro do estado, 12% para o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, 7% para os demais estados e 4% para operações com bens e mercadorias importadas e serviço de transporte aéreo.

Segundo Gorges (2008) nas operações com produtos de cesta básica a alíquota do ICMS é reduzida, nas circulações interestaduais não incidem a alíquota de 12% e sim de 7%.

Para Pêgas (2007) a base de cálculo do ICMS é representada pelo valor da mercadoria comercializada ou serviço prestado, podendo ser incluso frete, seguro, juros e outros valores que agregam o valor do bem ou do serviço.

2.5.1.4 Cálculo do ICMS e diferencial de alíquota

O cálculo do ICMS é realizado através da multiplicação do valor da base de cálculo, sendo ao valor da mercadoria acrescentado de outros valores que agregam a mercadoria, pela alíquota, de acordo com a região na qual será transitada a mercadoria.

Sabbag (2013) diz que o ICMS poderá ser calculado por dentro, assim não será possível identificar o seu devido valor, pois ele está somado de demais impostos e agregado no lucro e custo da mercadoria, assim totalizando um valor que será pago pela aquisição deste item.

Borges e Reis (2008) citam que ainda existe o diferencial de alíquota, quando forem adquiridos mercadorias ou serviços de outros estados. Neste caso o valor resultante entre a alíquota de dentro do estado com a de fora deverá ser calculado sobre a base de cálculo, desde que o adquirente seja contribuinte do imposto.

2.5.1.5 Origem do débito

Os débitos de ICMS são gerados a partir da saída de mercadorias do estabelecimento ou prestação de serviços. Este débito é registrado contabilmente como um crédito, sendo nomeado como ICMS a recolher. (ALEXANDRE, 2013).

Segundo o autor Bornholdt (2001) nas operações de venda de arroz como matéria prima, de produtores rurais para empresas agroindustriais não incide o ICMS, por se caracterizar uma operação diferida, sendo que ele é destinado a comercialização ou industrialização, e a matéria ainda se encontra em seu estado natural. Esta obrigação de recolher o imposto é repassada ao adquirente do produto,

no caso mais comum as agroindústrias. Só incidirá o imposto caso o produtor venda a matéria prima para um terceiro fora do estado, ou ele mesmo realize a industrialização do arroz.

Segundo a Lei 10.297 de 1996 em seu artigo 44, o contribuinte pessoa física ou jurídica que praticar a movimentação de mercadorias em que incidirá o ICMS deverá se inscrever no Cadastro de Contribuintes.

2.5.1.6 Origem do crédito

O crédito do imposto se dá pela entrada da mercadoria no estabelecimento adquirente, ou pela prestação de serviço recebida. Sendo que não é possível mais registrar o crédito apenas com a entrada física da mercadoria, pois com o crédito da energia e de serviços, não se tem um bem tangível, assim não se pode classificar a sua real entrada. Os principais critérios para o crédito do ICMS é a idoneidade da documentação e as escriturações da documentação conforme a legislação. (BORGES; REIS, 2008).

Os mesmos autores afirmam que o crédito é permitido na aquisição de matéria prima, materiais intermediários e secundários, fretes contratados para vendas e sobre compras, e também a energia consumida para a produção, comercialização ou prestação do serviço.

A aquisição de imobilizado proporciona o crédito de ICMS desde que o bem seja utilizado para a atividade fim, “a legislação permite a utilização de ICMS pago sobre as compras de bens para o ativo imobilizado, podendo o crédito ser utilizado no prazo de 48 meses, a partir da data de aquisição.”. (PÊGAS, 2007, p. 133).

Conforme Cassuli (2006) os créditos tributários podem ser originados de diversas formas, mas todo o crédito fiscal é obrigatório sendo determinado por lei ou decisão judicial. Existem duas formas de crédito, o fiscal e o tributário. O fiscal não tem ligação jurídico tributária, por exemplo, os pagamentos indevidos, já os tributários tem ligação jurídico tributária, como o caso do ICMS de compras. Os créditos fiscais sempre terão origem de um incentivo ou benefício fiscal. Também existem duas naturezas, a financeira e a fiscal. Como fiscal se entende os tributos destacados em documentos, e financeira os casos por benefício ou incentivo.

Apesar das distinções entre crédito fiscal e tributário, ambos devem ser apresentados na apuração do imposto, em Santa Catarina nomeada como DIME.

O crédito de ICMS de produtores rurais com aquisições de bens que compõem o ativo imobilizado teve início com a criação da Lei Complementar 87/96. Os produtores poderão se creditar deste tributo que contempla na nota de aquisição, porém como as suas saídas não incidem ICMS, este crédito ficará estagnado. Deste modo é autorizada aos produtores rurais a transferência do imposto. (BORNHOLDT, 2001).

Com esta lei o crédito de ICMS em cada mês poderá ser de 1/48, começando no mês da entrada do bem no estabelecimento. Deste modo se terá quatro anos para que o crédito seja totalmente apropriado. Os bens de reposição de outras peças não se enquadrarão como imobilizado, e sim como material de uso e consumo. O crédito sobre imobilizado além de controlado nos livros fiscais deverá ser controlado no CIAP. (BORGES; REIS, 2008).

Alexandre (2013) afirma que o crédito de ICMS na contabilidade também é registrado de modo inverso, sendo contabilizado como débito, na conta de ICMS a recuperar.

2.5.1.7 Transferência do ICMS

Conforme a Consulta da Receita Federal 73/2011, é autorizado ao produtor rural que comercializa seu produto com indústrias em que é devidamente tributada pelo ICMS, a transferência do imposto para as mesmas. Este fato é devido ao produtor rural ser diferido do ICMS, passando a obrigação à indústria. Esta operação é regida pela Lei 10.297/96 e pelo Decreto 2.870/2001.

Os estabelecimentos que promoverem operações alcançadas pelo diferimento ou com suspensão do imposto poderão transferir eventuais saldos acumulados em decorrência desse tratamento:

- I - ao estabelecimento encomendante, destinatário da mercadoria recebida para industrialização, na hipótese do Anexo 3, art. 8º, X;
- II - a outro estabelecimento da própria cooperativa de produtores, à cooperativa central ou à federação de cooperativas, destinatário das mercadorias, na hipótese do Anexo 3, art. 8º, II;
- III - a outro estabelecimento do mesmo titular, destinatário das mercadorias, na hipótese do Anexo 3, art. 8º, III.
- IV - ao estabelecimento destinatário da mercadoria na hipótese do Anexo 3, art. 8º, XI;

V – em alienação a estabelecimento fornecedor deste Estado, de acordo com a disponibilidade financeira do erário, na hipótese do art. 268 do Anexo 6; e

VI – em alienação a outros contribuintes deste Estado, de acordo com a disponibilidade financeira do erário, observado o disposto no § 5º deste artigo. (Art. 42, Lei nº 10.297/96)

Este artigo ainda cita que para realizar a transferência deste crédito é necessário fazer a reserva e terá um limite, que é a alíquota do imposto sobre as operações realizadas no período. Porém nas transferências do crédito para outro estabelecimento do mesmo titular e às cooperativas de produtores, não será necessário a reserva e o limite estabelecido.

Para obter a autorização de transferência do crédito devem ser seguidas as indicações contempladas no artigo 41 do RICMS-SC:

I - aporá carimbo e visto nos documentos fiscais, indicando que não mais poderão ser utilizados para fins de crédito do imposto;

II - efetuará um ou mais pedidos de transferência de crédito conforme disposto no art. 50, “caput”, que resultarão na geração de uma ou mais Autorizações de Utilização de Crédito, nos termos do art. 52, as quais servirão para o lançamento do crédito na escrita fiscal do destinatário.

§ 2º Deverá ser elaborada uma relação dos documentos fiscais apresentados, que será entregue na Gerência Regional da Fazenda Estadual, para fins de controle, indicando: número da nota fiscal, data de emissão, identificação do emitente, valor da operação e valor do crédito.

§ 3º As transferências de crédito de que trata esta Seção atenderão, no que couber, ao disposto na Seção IV.

§ 4º O valor do crédito solicitado nos termos do § 1º, II, não poderá ser superior a 10% (dez por cento) do valor da operação.

§ 5º Aplica-se o disposto nesta Seção às saídas de produtos agropecuários promovidas pelo próprio produtor com diferimento do imposto, relativamente ao crédito fiscal correspondente aos insumos, máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária.

§ 6º O produtor primário que se enquadre na condição de microprodutor rural, tal como definido na Lei nº 14.267, de 21 de dezembro de 2007, poderá transferir a terceiros, até o montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por ano, eventual crédito relativo à aquisição de bens destinados à utilização direta na produção rural, de forma integral, sem observância do disposto no art. 39.

§ 7º Para efeitos do disposto no art. 2º da Lei referida no § 6º:

I – inciso I, deverá ser considerado o período de 12 (doze) meses anteriores ao do pedido de transferência; e

II – incisos II a IV, deverá o produtor apresentar declaração na qual ateste que cumpre as exigências previstas nos referidos incisos.

Para os casos de diferimento, deverá ser preenchida a declaração de aceite, que será a solicitação de transferência de crédito para outro estabelecimento, conforme o artigo 51 do RICMS-SC ela deverá ser emitida:

I - pelo destinatário do crédito a ser transferido ou pelo transmitente do crédito a ser compensado;

II - pela Diretoria de Administração Tributária, nos casos em que seja exigida autorização especial.

§ 1º A declaração prevista no “caput” será efetuada via Internet, por meio da página oficial da Secretaria de Estado da Fazenda, informando no mínimo, conforme o caso:

I - o nome e os números de inscrição no CCICMS e no CNPJ do declarante;

II - o número de inscrição no CCICMS do transmitente do crédito;

III - o valor do crédito aceitado;

IV - as seguintes informações de acordo com a destinação dada ao crédito reservado:

a) quando se tratar de transferência de crédito acumulado em decorrência de diferimento ou suspensão do imposto, o destinatário informará o número da nota fiscal da industrialização ou da entrada das mercadorias, a série, a data, a descrição do serviço ou mercadoria e o valor;

Segundo a Secretaria da Fazenda de Santa Catarina após a entrega do aceite com as documentações necessárias, o fisco analisará o crédito solicitado, e quando liberado, será disponibilizado virtualmente no S@T a OTC, ordenando a transferência do crédito, e a AUC, autorizando a utilização do crédito pelo destinatário.

Conforme apresentado pela Secretaria nas transferências de produtores rurais não há limites para o destinatário e para o transmitente, não é necessário CND e não exige filial, apenas ficando obrigatório o Aceite.

O RICMS-SC destaca que a AUC liberada no sitio do Sefaz de Santa Catarina contemplará:

I - o número da autorização gerada pelo sistema;

II - a data da autorização;

III - o nome e os números de inscrição no CCICMS e no CNPJ do requerente da transferência ou os números de inscrição no CPP e no CPF quando se tratar de produtor primário;

IV - o nome e os números de inscrição no CCICMS e no CNPJ do destinatário da transferência;

V - o valor do crédito autorizado, sua origem e destinação;

VI - outras informações de acordo com a destinação do crédito;

VII - a identificação do Auditor Fiscal que analisou o processo e do Gerente Regional que homologou a informação.

§ 1º A Autorização para Utilização de Crédito - AUC será:

I - disponibilizada ao destinatário do crédito, na data da autorização, para ser impressa, via Internet, por meio da página oficial da Secretaria de Estado da Fazenda;

II - arquivada juntamente com os documentos fiscais e apresentada ao fisco sempre que solicitado.

Esta Autorização de Utilização do Crédito emitida irá autorizar o destinatário a utilizar o crédito transferido, sendo que poderá ser informado na DIME somente após a liberação da mesma.

2.5.1.8 Apuração do ICMS

Segundo o RICMS-SC depois de realizadas as entradas em que geram o crédito e as saídas que geram o débito do ICMS, devem-se confrontar as duas contas e verificar qual permanecerá com saldo, sendo que uma deverá zerar. Esta compensação dos saldos é nomeada por apuração do ICMS, e deve ser entregue à Secretaria da Fazenda através da DIME.

“O ICMS é, por determinação constitucional, um imposto não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação de venda com o montante cobrado nas operações anteriores pelo mesmo ou por outro estado nas compras.”. (PEGAS, 2007, p. 123).

Cassuli (2006) cita que os créditos não compensados com os débitos se acumulam para os meses seguintes, podendo assim ser compensados com novos débitos originados das saídas, porém estes créditos anteriores não sofrem ajustes monetários e, não é necessário lei para autorizar a atualização, e sim para vedar.

No livro de apuração de ICMS deverá constar:

- a) os totais dos valores contábeis e fiscais das operações de entradas e saídas registradas no livro Registro de Entradas e Registro de Saídas, bem como os valores dos serviços utilizados e prestados pelo estabelecimento;
- b) os débitos e créditos fiscais do ICMS, a apuração dos saldos e dos dados relativos aos documentos de arrecadação e as guias de informação e apuração do ICMS;
- c) a apuração do ICMS incidente sobre serviços de transporte e comunicação. (BORGES E REIS, 2008, p. 264).

Segundo o Decreto 2.870 de 2001 em seu artigo 176, da Seção II, Capítulo I, Título 4, a apuração do imposto deverá ser entregue à Secretaria da Fazenda Estadual,

os estabelecimentos inscritos no CCICMS entregarão, até o 10º (décimo) dia seguinte ao do encerramento do período de apuração do imposto, em qualquer Unidade Setorial de Fiscalização, a Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA, em arquivo eletrônico, de acordo com as especificações técnicas estabelecidas em Portaria do Secretário de Estado da Fazenda, que se constituirá no resumo das operações realizadas em cada período de apuração, registradas no livro Registro de Apuração do ICMS

Quando o saldo após a compensação for devedor, o imposto deverá ser quitado através da guia DARE, o seu vencimento dez dias após o prazo da entrega

da DIME, assim ficando para o vigésimo dia subsequente o período encerrado. A guia emitida deverá ser paga

- I - em qualquer agência bancária integrante da rede autorizada, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE-SC;
- II - por contribuintes estabelecidos em outros Estados, nos casos previstos neste Regulamento, nas agências bancárias integrantes da rede autorizada, através de Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE, modelo 23 ou DARE-SC;
- III - em casos excepcionais, nas repartições fazendárias.

Além dos créditos pelas notas de entradas e os débitos pelas notas de saídas, poderão incidir na apuração outros créditos e outros débitos, não sendo de ordem fiscal. Na apuração do ICMS os créditos originados de transferências terão um campo próprio na DIME.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem o intuito de caracterizar a metodologia e os procedimentos utilizados para a elaboração da pesquisa. São identificadas estas informações em bibliografias, dando credibilidade às informações contidas neste estudo.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A metodologia é definida por identificar e caracterizar os procedimentos utilizados para a elaboração de um projeto ou trabalho. Os autores Lakatos e Marconi (2003, p. 83) afirmam que é “[...] o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido [...]”.

Dentre os procedimentos a serem destacados, inicialmente é definido o objetivo, que pode ser subdividido em tipos de pesquisa. Gil (1999) cita que pesquisa é a busca de solução para problemas existentes. Este estudo tem como objetivo a pesquisa exploratória, se enquadrando assim pelo fato de ser um tema pouco referenciado em livros, teses e artigos, porém não é um tema atual, mas a contabilidade rural e a recuperação de ICMS não são muito abordadas, assim havendo pouco conhecimento.

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (GIL, 1999, p. 43).

Como procedimentos se enquadram o estudo de caso, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa participante. Conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 174) “técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos.”.

O estudo de caso é definido por ser baseado em atividades realistas para a população que atua na área rural com recuperação de ICMS, Gil (1999) comenta

que este estudo deve ser profundo e exaustivo com poucos assuntos, fazendo com que possibilite um conhecimento maior. O segundo procedimento se caracteriza pelo fato de pesquisar a recuperação de ICMS de produtor rural em livros, artigos, sites e teses. Segundo o mesmo autor esta pesquisa é desenvolvida com materiais já existentes, e disponibiliza ao pesquisador uma maior abrangência do estudo. Documental pelo fato de aprofundar o estudo em documentos com ligação a produtores rurais e em uma empresa agroindustrial, como as notas fiscais e Declaração de Aceite, Gil (1999) ainda caracteriza a pesquisa documental por ser semelhante à bibliográfica, variando apenas a natureza dos recursos, sendo que este é em documentos que ainda não receberam uma análise aprofundada. É participante por atuar diretamente com a empresa relatada e com os produtores em que solicitam a recuperação do imposto.

A abordagem se classifica como qualitativa, pela pesquisa aprofundar-se no estudo de um determinado problema, fazendo as devidas análises, assim classificando o seu processo, e determinando uma solução para o problema encontrado. Lakatos e Marconi (2003) definem pesquisa qualitativa por utilizar observação sistemática e participante, tendo o intuito de levantar informações.

4 ESTUDO DE CASO DE RECUPERAÇÃO DE ICMS DE PRODUTORES DE ARROZ PESSOA FÍSICA INTERLIGADO A UMA EMPRESA DE ALIMENTOS DO SUL DE SANTA CATARINA

Neste capítulo será relatado como os produtores de arroz, pessoas físicas, podem recuperar o ICMS pago em aquisições de imobilizados para a prática de sua atividade fim. Estes produtores comercializam arroz com a empresa Rampinelli Alimentos Ltda., situada no município de Forquilha em Santa Catarina.

Será mapeado a documentação necessária e o procedimento a ser realizado para se obter o recebimento do ICMS pelo produtor, até a transferência para a empresa Rampinelli, e como ela irá registrar este imposto na Declaração do ICMS e do Movimento Econômico - DIME.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A Rampinelli, originalmente nomeada por Cerealista Forquilha Ltda., foi constituída em 10 de julho de 1986, na cidade de Forquilha. No ano de 1991 foram construídos os primeiros silos, e em seguida no ano de 1994 houve ampliações e investimentos em recursos tecnológicos, onde gerou uma maior capacidade de produção, nesta mesma época também foi inaugurada a sua sede administrativa. A partir do ano de 2002, a empresa inaugurou sete filiais, nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e Ceará.

A empresa tem como atividade principal, o beneficiamento, o comércio e o transporte de arroz. Atualmente a razão social da empresa foi alterada para Rampinelli Alimentos Ltda., devido à expansão de sua atividade, passando a integrar outros alimentos além do arroz. No momento tem como área de atuação os estados do Paraná, Pernambuco, litoral paulista, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, oeste e litoral catarinense.

A unidade de Santa Catarina realiza a compra da matéria prima, beneficiamento e comercialização. As unidades do Rio Grande do Sul compram o arroz e apenas armazenam, posteriormente transferindo para a matriz. As aquisições de arroz ocorrem apenas nestas unidades, por ser o grande pólo de

produção do arroz irrigado. A unidade de Pernambuco beneficia e comercializa, e as demais filiais apenas comercializam.

4.2 OBJETO DE ESTUDO

O objeto de estudo será a utilização da documentação fornecida pela Rampinelli Alimentos, referente às operações com produtores rurais. Com informações da documentação e procedimentos necessários para a recuperação do ICMS, que será transferido para a empresa. Assim destacando as vantagens para as partes envolvidas.

4.2.1 Produtores rurais

Os produtores rurais que comercializam com a Rampinelli Alimentos situada no município de Forquilha no sul de Santa Catarina, são todos registrados no mesmo estado, não havendo operações com produtores de outro estado. Este fato é devido a Rampinelli ter unidades no estado do Rio Grande do Sul, e com os produtores deste estado a comercialização é feita pelas filiais.

Os agricultores de Santa Catarina possuem inscrição estadual, e registro na prefeitura municipal da cidade onde eles praticam suas atividades. Porém eles podem praticar a atividade em mais de um município, assim também possuindo mais de uma inscrição. Para estes produtores poderem realizar a comercialização do arroz com nota fiscal, eles devem apresentar na prefeitura a matrícula ou o contrato de arrendamento do terreno no qual irão produzir, seus dados cadastrais devem estar atualizados e a sua inscrição válida. A figura 3 demonstra o cadastro de um produtor rural com sua inscrição devidamente ativa.

Figura 3 - Cadastro de produtor rural no Estado de Santa Catarina

 ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS			
CNPJ/CPF 538.424.139-04		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 010.708.545		NOME EMPRESARIAL VILMAR PEREIRA	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) VILMAR PEREIRA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 0111301 - Cultivo de arroz			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS *****			
CONTRIBUINTE CREDENCIADO/DISPENSADO A EMITIR OS SEGUINTE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS *****			
REPRESENTANTES OU AGREGADOS (CNPJ/CPF - Nome - Qualificação - Data Início - Data Fim) 92758355949 - ROSENIR ALEXANDRE PEREIRA - CÔNJUGE - 03/11/2005 - *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA *****			
LOGRADOURO RUA MANOEL JOSE DA ROCHA		NÚMERO SN	COMPLEMENTO *****
CEP 88915-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MARACAJÁ	UF SC
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVO desde 03/11/2005			

Fonte: Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina.

As notas fiscais são fornecidas pela prefeitura municipal, e entregues diretamente aos produtores quando solicitado. Estas notas são emitidas em quatro vias, sendo que devem ser preenchidas pelo produtor, e serve como documento fiscal até a entrega do arroz na empresa. Na figura 4 é possível destacar as informações que devem ser preenchidas pelo produtor, como a natureza da operação, o destinatário, data e hora da operação, descrição do produto, unidade de medida, quantidade, valor unitário e valor total, e dados do transportador. Porém, no momento do preenchimento, o produtor não tem os dados exatos de informações como: peso e valor.

Figura 4 - Nota fiscal de produtor rural

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA		NOTA FISCAL DE PRODUTOR		Nº	
EMITENTE: NOME DO PRODUTOR: ALEXSANDER CORNEO -				862001	
DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE: LOCALIZAÇÃO: RUA MARIO VITALI, S/		<input type="checkbox"/> SAÍDA <input type="checkbox"/> ENTRADA		MODELO 4 - SÉRIE 30 1ª VIA DESTINATÁRIO	
MUNICÍPIO: FORQUILHINHA	UF: SC	CNPJ / CPF: 046.855.789-02	DATA LIMITE P/ EMISSÃO: 31/1/2015		
FONE (DDD): 526	FAX (DDD):	CEP: 88850-000	INSCRIÇÃO RSP: 01.175.126-6		
NATUREZA DA OPERAÇÃO: VENDA					
DESTINATÁRIO / REMETENTE		CNPJ / CPF:		DATA DA EMISSÃO: 19/05/2015	
NOME / RAZÃO SOCIAL: Rampinelli Alimentos LTDA.				DATA DA SAÍDA/ENTRADA: 19/05/2015	
ENDEREÇO: Rua Antonio Volmer, conexo 230				HORA DA SAÍDA: 17:00	
MUNICÍPIO: Forquilha		UF: SC		INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
DADOS DO PRODUTO					
DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS		UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Arroz Agrol					
Peso Aprox:					
10 toneladas					
CÁLCULO DO IMPOSTO					
GUIA DE RECOLHIMENTO DO ICMS (Nº AUTENTICAÇÃO E DATA)	BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	TOTAL DA NOTA	
	VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS		
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS					
NOME / RAZÃO SOCIAL: Guilherme Sichel Nave		FRETE POR CONTA: 1 - EMITENTE <input type="checkbox"/> 2 - DESTINATÁRIO <input checked="" type="checkbox"/>		PLACA DO VEÍCULO: LZF3186	UF: SC
ENDEREÇO:		MUNICÍPIO:		UF: SC	INSCRIÇÃO ESTADUAL:
QUANTIDADE	ESPÉCIE: Agrol	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
DADOS ADICIONAIS					
NOME DOS INTEGRANTES DO GRUPO FAMILIAR E/OU DADOS ADICIONAIS					
MIG FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA. - RUA DUARTE DA COSTA, 604 - CRUZEIRA - SC - CNPJ: 01.794.516/0001-10 - INSC. EST: 253.482.003 - NUM. 5.000 x 4 DE 859.041 A 861.040 - MOD: 4 - S. 30 - ADF(SC) 53130770555990 EXT 15/10/13					
NOTA FISCAL DE PRODUTOR Nº 862001 SÉRIE 30		RECEBI(EMOS) DE DATA DO RECEBIMENTO		OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO. IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	



Fonte: Rampinelli Alimentos Ltda.

Quando o arroz é entregue na Rampinelli ele é pesado pelo balanceiro e registrado os dados como: peso bruto, umidade, impurezas e peso líquido em um ticket de pesagem. Este ticket é anexado na nota do produtor e repassado para o setor de contabilidade. Neste setor é atualizado o ticket e emitida a contra nota no modelo eletrônica referente a esta nota de produtor.

As informações da nota emitida serão idôneas, trazendo os dados da empresa, dados do produtor, a natureza da operação, data de emissão, valor total da operação, dados do transportador, peso líquido e peso bruto, e dados do item, descrição, NCM, CFOP, quantidade, unidade de medida, valor unitário e valor total. Nas informações adicionais será informado o número da nota do produtor a que esta

nota se refere, e o direito do crédito presumido de PIS e COFINS da empresa, conforme demonstrado na figura 5.

Figura 5 - Contra nota emitida pela empresa Rampinelli referente a nota do produtor

<div><div>RAMPINELLI ALIMENTOS LTDA</div><div>RODOVIA ANTONIO VALMOR CANELA, 2300, SANGA DO COQUEIRO, FORQUILHINHA, SC, CEP:88850000, Fone:48-3463-8700</div></div>		<div>DANFE</div> <div>DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</div> <div>0-ENTRADA 1-SAIDA</div> <div>0</div> <div>Nº 15995 SÉRIE 2 FOLHA 1/1</div>		<div></div> <div>CHAVE DE ACESSO 4214 0579 4165 4100 0155 5500 2000 0159 9511 8660 8178</div> <div>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</div>									
NATUREZA DA OPERAÇÃO Compra para industrialização		PROTÓCOLO AUTORIZAÇÃO DE USO 342140055440480 20/05/2014 09:57:30											
INSCRIÇÃO ESTADUAL 251.417.158		INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO		CNPJ 79.416.541/0001-55									
DESTINATÁRIO / REMETENTE													
NOME / RAZÃO SOCIAL ALEXSANDER CORNEO (4008)				CNPJ/CPF 046.855.789-02									
ENDEREÇO SANGA DO CAFE, SN				BAIRRO/DISTRITO INTERIOR									
MUNICÍPIO FORQUILHINHA				UF SC									
FONE/FAX				INSCRIÇÃO ESTADUAL 011751266									
FATURA / DUPLICATA													
GRA15995/ 1 20/05/2014 6.058,88													
CÁLCULO DO IMPOSTO													
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00		VALOR DO ICMS 0,00		BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST 0,00									
VALOR DO FRETE 0,00		VALOR DO SEGURO 0,00		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00									
VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00		VALOR TOTAL DO ICMS 0,00		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 6.058,88									
VALOR DO ICMS 0,00		VALOR DO SEGURO 0,00		VALOR TOTAL DA NOTA 6.058,88									
NOME / RAZÃO SOCIAL IDAMAR FABRIS		FRETE POR CONTA 0 - DO EMITENTE		CÓDIGO ANTT LZF3186									
ENDEREÇO RUA 42JARDIM AMERICA		MUNICÍPIO MELEIRO		UF SC									
QUANTIDADE A GRANEL		MARCA		PESO BRUTO 13.530,00									
ESPÉCIE		NÚMERO		PESO LÍQUIDO 9.467,00									
DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS													
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	NCM/SH	CST	CFOP	UND	QUANT.	V.UNIT.	V.TOTAL	BC ICMS	V.ICMS	V.IPI	AL ICMS	AL IPI
19	ARROZ EM CASCA A GRANEL	10061092	040	1101	KG	9.467	0,64	6.058,88	6.058,88				
DADOS ADICIONAIS						RESERVADO AO FISCO							
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES						N.F. Produtor 862001Crédito presumido PIS/PASEP: 34,99 COFINS: 161,17 Conforme art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004. Fantasia:							
RECEBEMOS DE RAMPINELLI ALIMENTOS LTDA OS PRODUTOS OU SERVIÇOS DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO						NF-e							
DATA DE RECEBIMENTO						IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR							
						Nº 15995 SÉRIE 2							

Fonte: Rampinelli Alimentos Ltda.


As vias 1 e 3 da nota do produtor ficam juntamente com a contra nota e arquivadas na empresa. Já as vias 2 e 4 o produtor deve deixá-las anexadas ao seu bloco de notas junto com a contra nota emitida pela empresa. Deve levar o mesmo até a prefeitura municipal onde dará baixa do bloco quando estiver totalmente utilizado. O produtor pode emitir as notas como venda ou depósito, assim quando gerado a contra nota a natureza da operação será respectivamente 1.101 e 1.949, devido a ser uma entrada na empresa.

4.2.2 Tributação de ICMS dos produtores rurais

Na nota fiscal de produtor e na contra nota com a operação de venda e de depósito não incide o ICMS, sendo que a operação é diferida, por ser comercialização de um produto em seu estado natural. O imposto será cobrado apenas nas saídas realizadas pela empresa Rampinelli, sendo normalmente vendas ou transferências para suas filiais do Paraná e Pernambuco.

Para os produtores rurais poderem praticar as suas atividades desde o preparo da terra para o plantio até a colheita, necessitam de maquinários como: tratores e ceifadeiras. Porém quando ocorre a aquisição dos mesmos é emitida uma nota contra eles de venda, e nesta operação incide ICMS, que é pago. A figura 6 demonstra uma nota de aquisição de máquina onde é destacado o ICMS pago pelo produtor.

Figura 6 - Nota de compra de maquinário pelo produtor rural

		GOMES MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA. Rua Mariano Soares, 821 - Bairro: Corveta CEP: 89.245.000 - Araquari - SC - Caixa Postal: 65 CNPJ: 02.900.946/0001-30 - Insc. Est. 253.881.080 Fone: (047) 3447-1407 ou (047) 3447-1535 e-mail: vendas@gomesmaquinas.com.br site: www.gomesmaquinas.com.br		NOTA FISCAL ENTRADA SAÍDA		SÉRIE 1 1ª VIA DESTINATÁRIO /REMETENTE Nº 000732			
		MATURIDADE DA OPERAÇÃO VENDA DE PROD. DO ESTAB. 5.101		CNPJ 02.900.946/0001-30 INSCRIÇÃO ESTADUAL 253.881.080		DATA LIMITE PARA EMISSÃO 00.00.00			
DESTINATÁRIO / REMETENTE									
CLIENTE IVAN CONTI		CNPJ / MF 960.670.049-68		DATA DE EMISSÃO 10/11/09		DATA DE SAÍDA / ENTR. 10/11/09			
ENDEREÇO ESTRADA GERAL SANTA TEREZINHA		BAIRRO / DISTRITO SANGA DO CAFÉ		CEP 88.850-000		HORA DA SAÍDA 13:00			
MUNICÍPIO FORQUILHINHA		FONE / FAX (048) 3537-1075		UF SC		INSCRIÇÃO ESTADUAL			
DADOS DO PRODUTO									
COD. PROD.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLAS. FISC.	CST	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	ALÍQUOTA ICMS IPI	VALOR
	EQUIPAMENTO AUTOPROPELIDO DE TRACÇÃO NAS 4 RODAS P/ SEMEAR, ADUBAR E PULVERIZAR LAVOURA DE ARROZ -MARCHA: 5 FRENTE 1 RÉ TOMADA DE FORÇA: ACION. HIDRA.-RODA: 2M CHAPA EM AÇO -ACOMP.: SEMEADOR E PULV. C/ BOMBA ABASTEC. E BARRAS 14M.-MODELO: TRATOR GHRE 30 -MARCA: GOMES -Nº SÉRIE: 00321 -ANO: 2009 -CHASSI: 3009321 -MOTOR: YANMAR 57CV 4TNV88 -COR: VERDE MÍSTICO E VERMELHO -CÓD. FINAME: 1878450 -CLAS. FISC.: 8432.30.10 GARANTIA DE 1 ANO A PARTIR DESTA DATA -OPERAÇÃO Nº 40/02447-4 "COM PENHOR CEDUÁRIO AO BANCO DO BRASIL S.A. - AGÊNCIA MELEIRO/SC"		020	UN	1	86.000,00	86.000,00	17 0	0,00
CÁLCULO DO IMPOSTO									
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 28.337,00		VALOR DO ICMS 4.817,29		BASE DO CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO		VALOR ICMS SUBSTITUIÇÃO		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 86.000,00	
VALOR DO FRETE		VALOR DO SEGURO		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS		VALOR TOTAL DO IPI		VALOR TOTAL DA NOTA 86.000,00	
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS									
NOME / RAZÃO SOCIAL O PRÓPRIO		FRETE POR CONTA 1. EMITENTE <input type="checkbox"/> 2. DESTINATÁRIO <input type="checkbox"/>		PLACA DO VEÍCULO		UF		CNPJ / MF	
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL			
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO				
DADOS ADICIONAIS									
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES CONTA P/ DEPÓSITO - BANCO DO BRASIL AG. 1462-1 - C/C 7802-6 - GOMES MÁQUINAS E TRANSPORTES LTDA. IPI ALÍQUOTA 0 (ZERO) CONF. TIPI. Redução de Base de Cálculo 67,05% conf. Art. 9º Inciso II do anexo IV do RICMS/SC.					RESERVADO AO FISCO				
COMPROVANTE DE ENTREGA Nº CONTROLE Nº NOTA FISCAL Nº DUPLICATA DESTINATÁRIO: MUNICÍPIO: PESO BRUTO: FRETE:									
RECEBEMOS DE GOMES MÁQUINAS E TRANSPORTES LTDA EPP, OS PRODUTOS CONSTANTES NA NOTA FISCAL AO LADO					NOTA FISCAL - SÉRIE / Nº 000732				
DATA DO RECEBIMENTO		HORA		IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR					

Fonte: Rampinelli Alimentos Ltda.

Este ICMS pago no valor de R\$4.817,29 pode se tornar um crédito para o produtor, desde que a compra seja feita dentro do estado de Santa Catarina. Mas como o produtor em suas operações de venda é diferido, ele poderá transferir o imposto para a empresa que adquiriu o seu arroz. Ele deverá ter vendido nos últimos cinco anos um valor dez vezes maior que o valor do ICMS a ser recuperado, precisando assim R\$48.172,90 em notas de venda de arroz para a empresa Rampinelli. Este ICMS poderá ser recuperado uma vez e terá que ser apenas em uma empresa.

Poderão recuperar e transferir o crédito de ICMS produtores que possuem a inscrição estadual e que registraram suas vendas de arroz e compra de máquinas com nota fiscal. Porém para proceder com esta operação é necessário apresentar uma série de documentações para a Secretaria do Estado, e para isto é solicitado o auxílio de um contador.

Nas aquisições de maquinários o crédito do imposto será em 48 vezes, devendo liberar uma parcela em cada mês, a partir da data da compra. O contador deverá controlar o saldo que o produtor tem a receber de acordo com as parcelas já liberadas e os meses decorridos, sendo que este prazo de recebimento não poderá ultrapassar os 48 meses. Porém poderá deixar o tempo acumular para que seja liberada mais de uma parcela por vez, para não ser necessário realizar toda a operação de liberação 48 vezes.

A figura 7 relata o controle feito do crédito de ICMS de um produtor rural, com os dados do emitente da nota fiscal, data de emissão, valor do ICMS destacado na nota e autorizado a recuperar, as 48 parcelas devido a ser imobilizado, o valor de cada parcela, a quantidade de meses que já passaram desde a aquisição do bem, e o valor da parcela multiplicado pelo tempo já decorrido. Também é destacado o montante a ser recuperado, quanto que o produtor já recebeu, e como está o processo da documentação perante a exatoria estadual.

Figura 7 – Controle de ICMS a receber

RELAÇÃO DE NOTAS FISCAIS PARA RESTITUIÇÃO						
PRODUTOR: DINO SAVI		104		GR12 70065/098 EM 30/06/2010		
EMITENTE DA NF	EMIÇÃO	ICMS R\$	Nº PARC	PARC R\$	MESES	VALOR R\$
VALTRATOR	04/03/2008	1.008,27	48	21,01	27	567,15
SAMA MAQ. AGRIC.	09/06/2008	4.974,13	48	103,63	24	2.487,07
VALTRATOR	10/05/2006	548,39	48	11,42	48	548,39
SOMA		6.530,79		136,06		3.602,61
<div> <div>PEGOU EM</div> <div>set/09</div> <div>-1.742,57</div> </div> <div> <div>SALDO EM</div> <div>jun/10</div> <div>1.860,04</div> </div>						
SITUAÇÃO						
PROCESSO	OK					
EXAT. ESTADUAL ENTRADA	OK					
EXAT. ESTADUAL SAÍDA	OK					
NF DO ENGENHO						
CREDITO LIBERADO						

Fonte: Adaptado da Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina.

Após o produtor rural solicitar o serviço do contador para realizar a recuperação do ICMS, o dever de controlar e cumprir com os prazos são de inteira responsabilidade do contador. Com o controle do ICMS de produtor é possível destacar quanto ele ainda tem para receber, sendo que em setembro de 2009 o produtor já recebeu R\$1.742,57, assim restando um saldo apenas de R\$1.860,04 até a data de junho de 2010.

O ICMS da nota fiscal de 2006 foi totalmente apropriado, assim para os próximos períodos ela não constará neste controle. Para o saldo a ser liberado ainda será necessário solicitar as notas de venda de arroz para a empresa, no montante de R\$18.600,40, dez vezes o valor do ICMS.

4.2.3 Documentos necessários para solicitação da recuperação do tributo

Para iniciar o processo de recuperação de ICMS, o produtor rural deve apresentar a nota fiscal de compra do bem, seu CPF, RG e comprovante de

residência. O restante da documentação será providenciado pelo contador, sendo a CND do produtor, declaração da prefeitura, requerimento para liberação do crédito e emissão da DARE que deverá ser paga pelo produtor.


Na segunda etapa serão apresentadas a primeira via da nota do produtor e a contra nota gerada pelo engenho, referente às vendas de arroz, declaração de aceite preenchida, requerimento solicitando a liberação do crédito e CND do produtor e da empresa.

4.2.4 Procedimento para liberação de ICMS

O produtor deve apresentar ao contador a nota de aquisição da máquina, onde consta o valor do ICMS pago, sendo que deve constar a via original e uma cópia. Também apresentar os seus documentos pessoais, como CPF, RG e comprovante de endereço. É necessário ainda a CND do produtor onde informa que o mesmo está devidamente regular perante o Estado. O contador retira este documento no sitio do Sefaz de Santa Catarina.

Após será feita na prefeitura municipal uma declaração, conforme a figura 8, contendo a identificação do produtor, com o CPF e a inscrição, além de constar que o mesmo está regular com o município, cumprindo com suas obrigações referentes às notas de produtor. No município de Forquilha esta certidão pode ser retirada na Unidade de Agricultura Municipal.

Figura 8 – Declaração da Prefeitura Municipal de Forquilha




PREFEITURA DE
FORQUILHA

CERTIDÃO

Certificamos para os devidos fins e efeitos legais, e a quem possa interessar, que o Sr., José Valdir Wessler, portador do CPF: 493.472.929-15, com inscrição de produtor nº 011863684, está em dia com suas obrigações referente as Notas de Produtor emitidas, com esta Unidade da Agricultura Municipal de Forquilha.

E por ser verdade firmo a presente.

Forquilha, 08 de Janeiro de 2014


NOEMIA HOEPERS

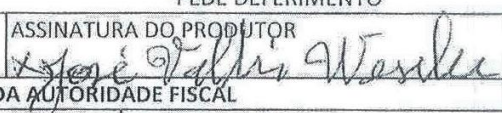
Resp. Setor Blocos de Notas Produtor Rural

Fonte: Rampinelli Alimentos Ltda.

Também será preenchido o requerimento para recuperação do imposto, que é um formulário oficial disponibilizado pela Secretaria do Estado. Na figura 9 é demonstrado que o requerimento deve conter os dados do produtor, a sua atividade, a solicitação de liberação do crédito citando a lei e o artigo que autorizam o crédito

de ICMS de aquisições de máquinas para o desempenho da atividade dos produtores rurais. Firmar ainda o cumprimento de apresentar e manter em bom estado a ficha de controle de crédito, que será disponibilizada pela Secretaria. Também deverá ser informado o emitente da nota, data de emissão, número da nota e valor do ICMS, e ao final da declaração o produtor deverá assinar.

Figura 9 – Requerimento para a recuperação do ICMS

SENHOR GERENTE REGIONAL DA FAZENDA																																																																
NOME DO PRODUTOR Jose Valdir Wessler			REGISTRO Nº CPF Nº 493.472.929-15																																																													
ENDEREÇO (Rua, nº, Bairro) Est.Geral Forquilha/Nova Veneza			MUNICIPIO Nova Veneza - SC																																																													
ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUARIAS: Produtor Rural																																																																
<p>Requerer o reconhecimento do crédito do ICMS correspondente aos insumos, máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária nas estabelecidos nos artigos 29, 42 e 44 do RICMS - SC, conforme notas fiscais relacionadas abaixo. Para implemntação do pedido, compromete-se a aceitar e cumprir as obrigações acessórias estabelecidas, e em especial:</p> <p>a) manter em seu poder e sempre em bom estado a Ficha de Controle de Credito:</p> <p>b) apresentar a Ficha de Controle do Crédito à autoridade fiscal toda vez que for utilizar o saldo existente.</p>																																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th>EMITENTE DA NOTA FISCAL</th> <th>DATA</th> <th>Nº NF</th> <th>VLR CREDITO R\$</th> <th>USO DO FISCAL VALOR RECONHECIDO R\$</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>AGCO You Agriculture Company</td> <td>27/09/2010</td> <td>158.072</td> <td>5.224,75</td> <td></td> </tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr> <td colspan="3">TOTAL DO CRÉDITO.....R\$</td> <td>5.224,75</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>				EMITENTE DA NOTA FISCAL	DATA	Nº NF	VLR CREDITO R\$	USO DO FISCAL VALOR RECONHECIDO R\$	AGCO You Agriculture Company	27/09/2010	158.072	5.224,75																																															TOTAL DO CRÉDITO.....R\$			5.224,75		
EMITENTE DA NOTA FISCAL	DATA	Nº NF	VLR CREDITO R\$	USO DO FISCAL VALOR RECONHECIDO R\$																																																												
AGCO You Agriculture Company	27/09/2010	158.072	5.224,75																																																													
TOTAL DO CRÉDITO.....R\$			5.224,75																																																													
RELACIONAR AS NOTAS NO VERSO DESTE SE O QUADRO NÃO FOR SUFICIENTE				NESTESS TERMOS PEDE DEFERIMENTO																																																												
DATA Nova Veneza, SC, 10 de dezembro de 2013		ASSINATURA DO PRODUTOR 																																																														
PARA USO EXCLUSIVO DA AUTORIDADE FISCAL																																																																
			MATRICULA Nº																																																													
			ASSINATURA																																																													

Fonte: Rampinelli Alimentos Ltda.

Deverá ser emitida uma DARE no sitio da Secretaria da Fazenda, com o código 2119 – Taxa por Atos da Administração em Geral, no valor de R\$7,72 que deverá ser paga pelo produtor, conforme mostra a figura 10.

Figura 10 – Preenchimento da Guia DARE

Arrecadação - Emissão DARE Normal	
Tipo de Receita	TAXAS
Receita	2119 - Taxa por Atos da Administração em Geral
Classe de Serviço	10 - Petições ou requerimentos dirigidos a autoridades administrativas estaduais
Identificação do Contribuinte	CPF 04685578902
Nome/Razão Social	Alexsander Corneo
Valor	7,72

Fonte: Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina.

Esta documentação deverá ser entregue na Secretaria da Fazenda Estadual da região, para que seja analisada e, caso aprovada irá gerar um processo onde constará os dados do produtor e o valor do crédito de ICMS a ser liberado. Será entregue ao contador a Ficha de Controle de Crédito, conforme o apêndice A. Ela deverá ser mantida em bom estado e sempre que for solicitada a liberação do saldo credor, deve ser apresentada na Secretaria. O quadro 3 demonstra os dados que contém esta Ficha.

Quadro 3 – Informações da Ficha de Controle de Crédito

Nome: Vilmar Pereira				Inscrição: 01.070.854-6	
Município: Meleiro				Processo: GR15 - 37422/10-3	
QUADRO "A"					
QUADRO RESUMIDO					
I - DATA	CRÉDITO			SERVIDOR	
	II - CFE RELAÇÃO ANEXA	IV - DÉBITO	V - SALDO	VI - MATRÍCULA	VII - ASSINATURA
09/07/2010	FIs 02		5.224,75	184.947-6	

Fonte: Adaptado da Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina.

Após o crédito ter sido aprovado pela fiscalização, o contador analisará o valor de notas de venda de arroz que o produtor deverá ter emitido para a empresa. Deste modo na empresa Rampinelli é retirada uma listagem de notas de venda de arroz do produtor, dentro do período de cinco anos, e o somatório das notas deve ser de no mínimo 10 vezes o valor do ICMS.

Estas notas serão separadas, e deve conter a contra nota e a primeira via da nota do produtor rural. Com estas notas deverá ser feito a declaração de aceite através do S@T no sitio do Sefaz de Santa Catarina. A figura 11 mostra o preenchimento da carta, que é realizado pela empresa que receberá o crédito, ela conterá as informações do produtor, da empresa no qual será transferido o crédito e os dados das notas fiscais geradas pela empresa, como o número, data de emissão, série, valor da nota, modelo da nota fiscal e a mercadoria descrita na nota.

Figura 11 – Preenchimento das notas fiscais na Declaração de Aceite

Transf Créd - Preencher Declaração de Aceite	
<p>Esta opção destina-se a emissão do aceite pelo destinatário da transferência, nos casos em que for obrigatório como requisito para emissão da OTC pelo transmitente, autorizando a transferência; O valor informado na declaração de aceite corresponderá ao valor da transferência pela qual será emitida a OTC; Cada aceite só pode ser utilizado para uma OTC mesmo que somente parte deste valor seja utilizado para a emissão da OTC.</p>	
Identificação da Declaração de Aceite Tipo Declaração de Aceite: <div>Destinatário Produção Rural ▼</div> Insc. Est. Destinatário (quem está preenchendo a declaração de aceite): <div>25.141.715-8 - 79.416.541/0001-55 - RAMPINELLI ALIMENTOS LTDA ▼</div> Insc. Est. Transmittente (somente quando declaração para terceiros): <div>01.070.854-5 MILMAR PEREIRA</div>	
Dados das Notas Fiscais de Entrada <div> <div>Número: <input type="text"/></div> <div>Série: <input type="text"/></div> <div>Data: <input type="text"/></div> <div>Modelo de Nota Fiscal: <div>Selecione ▼</div></div> <div>Descrição Mercadorias: <input type="text"/></div> <div>Valor: <input type="text"/></div> <div>Adicionar Cancelar</div> </div> <p>Obs.: Será gerado uma declaração de aceite para todas as notas digitadas.</p> <div>Gravar Decl. Cancelar</div>	

Fonte: Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina.

O próprio sistema irá informar o valor do ICMS a ser recuperado, sendo 10% o valor total das notas informadas, conforme apresentado na figura 12. Caso o valor das notas não totalize o valor do crédito de ICMS, será liberado apenas o valor referente as notas de venda de arroz que constam na declaração. Caso o valor das notas ultrapasse o valor do ICMS, será liberado o valor realmente devido do imposto, assim sempre o valor menor será liberado.

Figura 12 – Informações das notas fiscais na Declaração de Aceite

Transf Créd - Preencher Declaração de Aceite

Esta opção destina-se a emissão do aceite pelo destinatário da transferência, nos casos em que for obrigatório como requisito para emissão da OTC pelo transmitente, autorizando a transferência; O valor informado na declaração de aceite corresponderá ao valor da transferência pela qual será emitida a OTC; Cada aceite só pode ser utilizado para uma OTC mesmo que somente parte deste valor seja utilizado para a emissão da OTC.

Identificação da Declaração de Aceite

Tipo Declaração de Aceite:

Insc. Est. Destinatário (quem está preenchendo a declaração de aceite):

Insc. Est. Transmittente (somente quando declaração para terceiros):

Dados das Notas Fiscais de Entrada

X	Número	Série	Data	Descrição Mercadoria	Valor (R\$)	Valor Crédito (R\$)	Modelo de Nota Fiscal
<input type="checkbox"/>	1	1	20140526	Arroz em casca	10.000,00	1.000,00	1

[Excluir Notas Selecionadas](#) [Adicionar Nova Nota Fiscal](#) Valor Total: 10.000,00
 Valor Crédito: 1.000,00

Obs.: Será gerado uma declaração de aceite para todas as notas digitadas.

Fonte: Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina.

Com a gravação, será gerada uma numeração para a Declaração de Aceite, também informando quem está transmitindo o ICMS e quem irá receber. Irá conter as informações das notas fiscais, e o valor do crédito de ICMS, demonstrado na figura 13. Esta carta de aceite deve ser impressa e encaminhada juntamente com as notas fiscais para a Secretaria do Estado. Também deve ser enviada a CND do produtor rural e a CND da empresa, que podem ser retiradas no sítio do Sefaz de Santa Catarina, e o requerimento de solicitação de liberação do crédito. Deve ser entregue juntamente a Ficha de Controle de Crédito, que será preenchida na Secretaria com o valor do crédito liberado e o saldo que permanecerá. Após será devolvida ao contador.


Figura 13 – Declaração de Aceite

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA		Data: 20/05/2014 Hora: 09:00:15																				
<h2 style="margin: 0;">DECLARAÇÃO DE ACEITE</h2> <h3 style="margin: 0;">Nº 143400044285</h3>																						
<p>Data da Geração: 11/04/2014 09:28:14</p> <p>Tipo Decl. Aceite: 8 - Destinatário Produção Rural</p> <p>Situação: <u>143300151179</u></p>																						
<p>I - DESTINATÁRIO</p> <p style="margin-left: 40px;">Inscrição: 25.141.715-8</p> <p style="margin-left: 40px;">CNPJ/CPF: 79.416.541/0001-55</p> <p style="margin-left: 40px;">Razão Social: RAMPINELLI ALIMENTOS LTDA</p> <p style="margin-left: 40px;">Município: 09733 - FORQUILHINHA</p>																						
<p>II - TRANSMITENTE</p> <p style="margin-left: 40px;">Inscrição: 01.070.854-5</p> <p style="margin-left: 40px;">CNPJ/CPF: 00.053.842/4139-04</p> <p style="margin-left: 40px;">Razão Social: VILMAR PEREIRA</p> <p style="margin-left: 40px;">Município: 83917 - MARACAJÁ</p>																						
<p>III - DETALHE DECLARAÇÃO</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; margin-top: 5px;"> <thead> <tr> <th colspan="5" style="text-align: center; padding: 5px;">Dados das Notas Fiscais</th> </tr> <tr> <th style="text-align: left; padding: 5px;">Número Série</th> <th style="text-align: left; padding: 5px;">Data</th> <th style="text-align: left; padding: 5px;">Descrição Mercadoria</th> <th style="text-align: right; padding: 5px;">Valor (R\$)</th> <th style="text-align: right; padding: 5px;">Valor Crédito (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="padding: 5px;">12337</td> <td style="padding: 5px;">2 16/09/2013</td> <td style="padding: 5px;">Arroz em casca</td> <td style="text-align: right; padding: 5px;">49.303,98</td> <td style="text-align: right; padding: 5px;">4.930,40</td> </tr> <tr> <td colspan="3" style="text-align: right; padding: 5px;">Total:</td> <td style="text-align: right; padding: 5px;">49.303,98</td> <td style="text-align: right; padding: 5px;">4.930,40</td> </tr> </tbody> </table>			Dados das Notas Fiscais					Número Série	Data	Descrição Mercadoria	Valor (R\$)	Valor Crédito (R\$)	12337	2 16/09/2013	Arroz em casca	49.303,98	4.930,40	Total:			49.303,98	4.930,40
Dados das Notas Fiscais																						
Número Série	Data	Descrição Mercadoria	Valor (R\$)	Valor Crédito (R\$)																		
12337	2 16/09/2013	Arroz em casca	49.303,98	4.930,40																		
Total:			49.303,98	4.930,40																		

Fonte: Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina.

A figura 14 mostra consulta na Secretaria do Estado que apresenta informações sobre o andamento do processo de recuperação do ICMS.

Figura 14 – Consulta do processo de recuperação do ICMS

 Estado de Santa Catarina Secretaria de Estado da Administração Diretoria de Gestão do Arquivo Público		
Sistema Protocolo Padrão		
Tramitação do Processo: GR1270065098		
Data e Hora do Receb.: 25/3/2009 - 0	Data Expedição: 26/3/2009	Responsável :
Parecer :P/ANALISE	Cliente :SF	Orgão :GERENCIA REGIONAL DE CRICIUMA
Data e Hora do Receb.: 26/3/2009 - 1523	Data Expedição: 31/3/2009	Responsável :
Parecer :DEFERIDO R\$ 6530,79	Cliente :SF	Orgão :JOANICIO FELISBERTO
Data e Hora do Receb.: 31/3/2009 - 1638	Data Expedição: 8/4/2009	Responsável :
Parecer :A TRANSFERIR (CX.279)	Cliente :SF	Orgão :GERENCIA REGIONAL DE CRICIUMA
Data e Hora do Receb.: 8/4/2009 - 1637	Data Expedição: 2/9/2009	Responsável :
Parecer :P/CREDITO	Cliente :SF	Orgão :ARQUIVO DA GER. REG. DE CRICIUMA
Data e Hora do Receb.: 2/9/2009 - 1628	Data Expedição: 9/10/2009	Responsável :
Parecer :DEFERIDO R\$ 1742,57	Cliente :SF	Orgão :JOANICIO FELISBERTO
Data e Hora do Receb.: 9/10/2009 - 1531	Data Expedição: 0/0/0	Responsável :
Parecer :	Cliente :SF	Orgão :GERENCIA REGIONAL DE CRICIUMA

Fonte: Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina.

Esta consulta disponibiliza a data que foi dada entrada na primeira parte da documentação na Secretaria, o seu diferimento e valor do crédito, a data da entrada da segunda parte da documentação para transferência do crédito, e o diferimento do mesmo, além dos responsáveis por cada operação.

4.2.5 Transferência do crédito para a empresa Rampinelli

Quando liberado o ICMS no S@T no sítio do Sefaz será também liberado a Ordem de Transferência de Crédito, a figura 15 apresenta esta ordem, que tem a função de permitir a transferência do crédito do produtor rural para a Rampinelli. Nela são destacados os dados do transmitente, do destinatário e as características do crédito.

Figura 15 – Ordem de Transferência de Crédito

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA		Data: 20/06/2014 Hora: 16:38:44
ORDEM DE TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITO - OTC Nº 143300151179		
Data da Geração: 25/04/2014 15:00:20		
Forma Legal: 01 - Normal Status: ATIVO AUC Gerada: <u>143100151116</u> Aceite: <u>143400044285</u>	Tipo Transferência: 01 - Transferência Opção Lim. Extra: Não	
I - TRANSMITENTE Inscrição: 01.070.854-5 CNPJ/CPF: 00.053.842/4139-04 Razão Social: VILMAR PEREIRA Município: 83917 - MARACAJÁ		
II - DESTINATÁRIO Inscrição: 25.141.715-8 CNPJ/CPF: 79.416.541/0001-55 Razão Social: RAMPINELLI ALIMENTOS LTDA Município: 09733 - FORQUILHINHA		
III - CARACTERÍSTICAS DO CRÉDITO Valor (R\$): 1.890,75 (UM MIL, OITOCENTOS E NOVENTA REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS) Origem: 17 - Produtor Rural Destinação: 005 - DESTINATÁRIO PROD RURAL		
Nome do Usuário NELMO EMERIM	Código do Usuário 1509497	

Fonte: Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina.

A Autorização de Utilização do Crédito será liberada juntamente. Ela tem a função de autorizar a Rampinelli a se creditar do valor de ICMS. Este ICMS deve ser apropriado no mês de sua liberação. Na figura 16 é apresentado a AUC, que contém as mesmas informações da OTC.

Figura 16 – Autorização de Utilização de Crédito

ESTADO DE SANTA CATARINA		Data: 20/06/2014
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA		Hora: 16:38:27
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA		
 AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO Nº 143100151116 		
Data da 25/04/2014 15:00:20		
Geração:		
Forma Legal: 01 - Normal	Tipo Transferência: 01 - Transferência	
Tipo AUC: AUC CONTA GRÁFICA		
OTC Nº: <u>143300151179</u>		
I - DESTINATÁRIO		
Inscrição: 25.141.715-8		
CNPJ/CPF: 79.416.541/0001-55		
Razão Social: RAMPINELLI ALIMENTOS LTDA		
Município: 09733 - FORQUILHINHA		
II - TRANSMITENTE		
Inscrição: 01.070.854-5		
CNPJ/CPF: 00.053.842/4139-04		
Razão Social: VILMAR PEREIRA		
Município: 83917 - MARACAJÁ		
III - CARACTERÍSTICAS DO CRÉDITO		
Valor (R\$): 1.890,75 (UM MIL, OITOCENTOS E NOVENTA REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)		
Origem: 17 - Produtor Rural		
Destinação: 005 - DESTINATÁRIO PROD RURAL		
Situação: UTILIZADO EM 04/2014		
Avisos Importantes		
A presente autorização não implica reconhecimento da legitimidade do saldo credor acumulado, nem homologação dos lançamentos efetuados pelo contribuinte.		
A autenticidade desta autorização poderá ser verificada em www.sef.sc.gov.br		
Nome do Usuário NELMO EMERIM	Código do Usuário 1509497	

Fonte: Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina.

Com estes documentos a Rampinelli irá registrar o valor do ICMS em sua apuração, contabilizando como ICMS a recuperar e devendo este valor para o produtor. Este ICMS terá que ser registrado na DIME em campo adequado. O

produtor será informado pela empresa sobre a liberação do crédito, e através de acordo estabelecendo uma data para pagamento o mesmo será quitado junto ao produtor rural.

4.2.6 Registro do crédito do ICMS de produtor e apuração da DIME

O crédito transferido para a empresa será registrado na apuração do ICMS no quadro 46, referente a créditos por regimes e autorizações especiais. Deverá ser informado o número da AUC gerada pela Secretaria da Fazenda e o valor do crédito, como demonstrado na figura 17 referente à DIME da empresa Rampinelli.

Figura 17 – Quadro 46 da DIME

Quadro 46 Créditos por Regimes e Autorizações Especiais			
Sequência	Identificação do Regime ou da Autorização Especial	Origem	Valor
1	143100151116	1	1.890,75

Fonte: Rampinelli Alimentos Ltda.

A apuração do ICMS será feita com a compensação dos créditos originados das compras e os débitos das vendas. Além destas operações incidem outros créditos e outros débitos, como o crédito de produtores, CIAP, crédito presumido, estorno de débitos referente a devoluções e transferências não creditadas na entrada e créditos por ST. A figura 18 apresenta a apuração do ICMS realizado pela empresa Rampinelli, demonstrando os créditos e os débitos, e o seu saldo credor a transferir para o período seguinte.

Figura 18 – Apuração do ICMS na DIME

Quadro 09 Cálculo do Imposto a Pagar ou Saldo Credor		
Sequência	Descrição	Valor
010	(+) Subtotal de débitos	770.973,60
040	(=) Total de débitos	770.973,60
050	(+) Subtotal de créditos	5.597.187,40
070	(+) Créditos recebidos por transferência de outros contribuintes	1.890,75
075	(+) Crédito Declarado no DCIP	323.619,76
080	(=) Total de créditos	5.922.697,91
140	(=) Saldo Credor	5.151.724,31
998	(=) Saldo Credor para o mês seguinte	5.151.724,31
190	Saldo credor relativo a outros créditos	5.151.724,31

Fonte: Rampinelli Alimentos Ltda.

Com o confronto destes outros créditos e débitos juntamente com as operações de saídas e entradas e com o saldo da DIME anterior, é apurado o valor do ICMS. Quando o valor de créditos for maior o saldo será transferido para o próximo período. Se os débitos forem maiores deverá ser emitida a guia DARE para recolhimento. Porém a empresa Rampinelli apresenta um saldo credor acumulado de R\$5.151.724,31, que se refere principalmente às transferências de arroz de suas filiais do Rio Grande do Sul para a matriz e devido às exportações que não incidem ICMS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade agrícola e a produção do arroz são de suma importância para a população e para a economia. Elas vêm cada vez mais se difundindo, e com isso surgem os controles. Devido a maior parte da produção do arroz ser realizado por pessoas físicas, poucos realizam controles documentais. Para o auxílio destes produtores, surge a Contabilidade Rural, com foco nas áreas tributária, financeira e gerencial.

A Contabilidade visa fornecer informações e auxiliar o produtor nas tomadas de decisões. Na área tributária tem o maior intuito de realizar a declaração do Imposto de Renda, porém também há a recuperação do ICMS pago em aquisições de bens para a prática de suas atividades.

Estes bens devem ser adquiridos com notas fiscais e deve ser destacado nela o valor do tributo pago, assim o produtor solicitará o contador que procederá com a documentação e realizará os procedimentos para a recuperação. Deste modo é possível identificar que com este estudo foi possível atingir os objetivos.

Os produtores podem fazer a recuperação do tributo entregando ao contador a nota de compra do bem, seus documentos de identificação e comprovante de residência. O contador providenciará a declaração da prefeitura, solicitação de liberação do crédito, guia DARE devidamente paga, CND do produtor e da empresa, Declaração de Aceite e notas de venda de arroz.

O procedimento a ser realizado é destacado pelo contador providenciar estas documentações, sendo os documentos para o produtor, a declaração da prefeitura na Unidade de Agricultura, a solicitação de liberação do crédito pelo preenchimento do modelo fornecido pela Secretaria, a guia emitida no sítio da Secretaria e paga pelo produtor, as CND também retirada no sítio, a declaração de aceite preenchida através do S@t e as notas de venda de arroz. Esta documentação deverá ser entregue na fiscalização regional, que analisará e liberará o crédito.

Após a liberação será disponibilizado a OTC e a AUC, a primeira se caracteriza por ser a transferência do crédito para a empresa, e a segunda a autorização para a empresa se creditar. A empresa realizará o crédito através do registro na contabilidade e na DIME do mês em que foi liberado.

Devido as compras de maquinários por produtores rurais incidirem ICMS e os mesmos terem que pagar por este tributo, eles só terão o direito de recebimento deste valor pago caso for transferido para um engenho no qual eles comercializem o arroz, pelo fato de suas operações serem diferidas. Para o produtor rural é vantajosa esta transferência de ICMS, pois o mesmo irá receber em espécie este tributo já pago, porém este valor será de 70% do total liberado.

Para a Rampinelli esta operação lhe dá o direito de crédito de ICMS para que seja compensado com os seus débitos. Porém como ela já possui saldo credor, a vantagem é de que ela adquire um valor de ICMS e paga por ele 30% a menos do que está se creditando. Realizando esta operação, amplia-se possibilidades que os produtores se motivem a vender arroz para a Rampinelli, tendo notas na empresa que possam ser utilizadas para suprir a recuperação do ICMS.

No estado do Rio Grande do Sul onde a empresa também possui filial, não existe a recuperação de ICMS de produtores rurais, devido às notas de venda de máquinas já virem com o tributo descontado. Para o estado de Santa Catarina seria vantajoso proceder com o ICMS destacado na nota e cobrado do produtor, pois assim os mesmos seriam motivados a emitirem nota fiscal de venda de arroz para o engenho, para que possa comprovar que teve vendas para o valor de ICMS a recuperar.

5.1 SUGESTÕES

Devido a empresa Rampinelli apresentar um saldo credor de ICMS acumulado, e este crédito recebido de produtores não poder ser vendido para outras empresas e não poder utilizá-lo para aquisições de maquinários para a empresa, é aconselhado que este valor seja transferido para despesa na Demonstração do Resultado.

Este valor transferido será de 75% referente ao total de crédito de ICMS de produtores rurais já recebidos, porém a empresa compra este crédito no valor de 70% do seu real. O valor transferido irá diminuir o valor a ser pago de CSLL e IRPJ, sendo que a empresa tem lucro e paga estes impostos.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário esquematizado**. 7. ed. rev. e atual São Paulo: Método, 2013. xli, 722 p.

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 19. ed São Paulo: Saraiva, 2013. 541 p.

ANCELES, Pedro Einstein dos Santos. **Manual de tributos da atividade rural**. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2002. 641p.

AZAMBUJA. I.H.V; MAGALHÃES. A.M; VERNETTI. F de J. **Situação da cultura do arroz no mundo e no Brasil**. 2010. Disponível em:
<http://www.al.rs.gov.br/download/capc/serie_culturas_arroz.pdf> Acesso em: 20 jan. 2014.

BORGES, José Cassiano; REIS, Maria Lúcia Sá Motta Américo dos. **Manual dos impostos indiretos IPI - ICMS - ISS**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. 1121 p.

BORNHOLDT, Max Roberto. **ICMS/SC: regulamento anotado**. Curitiba, PR: Juruá, 2001. 874 p.

_____. Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001. **Aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado de Santa Catarina**. Disponível em:
<http://www.legiscenter.com.br/minha_conta/bj_plus/direito_tributario/atos_legais_estaduais/santa_catarina/decretos/2001/decreto_2870_de_28-08-01.htm> Acesso em: 21 abr. 2014.

_____. Instrução Normativa SRF nº 83, de 11 de outubro de 2011. **Dispõe sobre a tributação dos resultados da atividade rural das pessoas físicas**. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/2001/in0832001.htm>> Acesso em: 24 mar. 2014.

_____. Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e adota outras providências**. Disponível em:
<http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/leis/1996/Lei_96_10297.htm> Acesso em: 27 abr. 2014.

_____. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. **Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e Institui Normas Gerais de Direito Tributário Aplicáveis à União, Estados e Municípios**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm> Acesso em: 09 abr. 2014.

_____. Lei nº 8.171, de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política agrícola.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm> 30 jan. 2014.

CASSULI, Célia Gascho. **O direito de crédito do contribuinte.** Jaraguá do Sul, SC: UNERJ, 2006. 256p.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural:** Uma abordagem decisória. 7 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2012.

EPAGRI. **Histórico da Produção de Arroz Irrigado.** Disponível em: <http://www.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=84> Acesso em: 23 jan. 2014

FREITAS, Vladimir Passos de. **Código tributário nacional comentado:** doutrina e jurisprudência, artigo por artigo, inclusive ICMS e ISS. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 1087 p.

GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander. **A agricultura brasileira:** desempenho, desafios e perspectivas. Brasília, DF: IPEA, 2010. 293 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GORGES, Almir José. **O seu plantão fiscal, dicionário do ICMS-SC:** o ICMS de A a Z. 9. ed. rev. e ampl Blumenau, SC: Instituto aprimorar, 2008. 950 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIANO, Zarur. **Regras Tributárias para Produtores Rurais.** Disponível em: <<http://www.zmadvogados.adv.br/index.php?pg=artigo&id=27>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural:** contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda-pessoa jurídica. 7 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

MEDEIROS, Jesiomar Antônio de. **Agribusiness - contabilidade e controladoria.** Guaíba: Agropecuária, 1999. 106 p.

OLIVEIRA, Marina A. Souza de; VIEIRA, Noris Regina de Almeida. **A História do Arroz.** EMBRAPA. Disponível em: <http://www.agroplan-consultoria.com.br/historia_arroz/> Acesso em: 27 jan. 2014.

OLIVEIRA, Neuza Corte de. **Contabilidade do agronegócio:** teoria e prática. 2. ed. rev. e atual Curitiba: Juruá, 2010. 193p.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de contabilidade tributária.** 5. ed Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2007. 666 p.

Receita Federal do Brasil. **Consulta nº 73, de 22 de setembro de 2011.** Disponível em: <http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/Consultas/2011/Con_11_073.htm> Acesso em: 07 abr. 2014.

Regulamento do ICMS: **RICMS/SC.** Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/>> Acesso em: 24 mar. 2014.

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Manual de direito tributário.** 5. ed São Paulo: Saraiva, 2013.


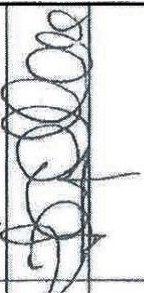
Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina. **Esclarecimentos.** Disponível em <http://www.sef.sc.gov.br/sites/default/files/trans_esclarecimentos.pdf> Acesso em: 28 maio 2014.

Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina. **Roteiro Rápido para a Emissão da Ordem de Transferência de Créditos – OTC.** Disponível em: <http://www.sef.sc.gov.br/sites/default/files/TC%20transf_nova_forma_roteiro_rapido_otc%5B1%5D.pdf> Acesso em: 28 maio 2014.

SILVA, Osmira Fátima da; WANDER, Alcido Elenor; FERREIRA, Carlos Magri. **Árvore do Conhecimento Arroz:** Mercado, comercialização e consumo. Disponível em: <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/arroz/arvore/CONT000fok5vmke02wyiv80bhgp5prthjx4.html>> Acesso em: 05 maio 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Ficha de Controle de Crédito

 ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA 15.ª GERÊNCIA REGIONAL DA FAZENDA - ARARANGUÁ						
15.ª GREG ARARANGUÁ		Nome do produtor: Vilmar Pereira		Inscrição Produtor n.º: 01.070.854.-6		
Endereço: Rua Manoel José Da Rocha, S/Nº		Município: Meleiro		Processo: GR15 - 37422/10-3		
QUADRO "A"						
QUADRO RESUMO						
I - DATA	CRÉDITO			SERVIDOR		
	II - Cfe. Relação anexa à(s) fl(s).	IV -- Débito (item V do "Quadro B")	V - Saldo	VI - Matrícula	VII - Assinatura	
9/7/2010	Fls 02		5.224,75	184.947-6		
		3334,00	1.890,75			
		Data N.º F 27/03/2009				

APÊNDICE B – Documentos e procedimentos para a recuperação do ICMS de produtor rural

Etapas	Documentos	Procedimentos
1ª Etapa	Nota Fiscal de aquisição do bem pelo produtor rural	Solicitar ao produtor rural a nota fiscal de compra original e uma cópia
	CPF, RG e comprovante de residência do produtor	Providenciar uma cópia do CPF, RG e comprovante de residência do produtor
	CND do produtor	Retirar no sítio da Secretaria da Fazenda a certidão negativa
	Declaração da Prefeitura Municipal	Requerer na Unidade de Agricultura Municipal a declaração da prefeitura informando que o produtor está regular
	DARE paga	Emitir no sítio da Secretaria uma guia DARE no valor de R\$7,72 e com o código 2119, que deverá ser paga pelo produtor
	Requerimento de liberação do crédito	Preencher o requerimento de liberação do crédito conforme formulário da Secretaria
Entregar todos os documentos na Secretaria da Fazenda regional		
2ª Etapa	Ficha de Controle do Crédito	Será liberado pela Fiscalização a ficha de controle de crédito, informando o total do crédito e o número do processo gerado
3ª Etapa	1ª via da nota do produtor referente a venda de arroz e contra nota gerada pela empresa	Providenciar as primeiras vias das notas de venda de arroz do produtor e a contra nota da empresa, que comprove a venda dez vezes o valor do crédito
	Declaração de Aceite	Preencher a Declaração de Aceite com as informações da contra nota
	CND do produtor	Retirar a CND do produtor no sítio da Secretaria
	CND da empresa que receberá o crédito	Retirar a CND da empresa no qual será transferido o crédito no sítio da Secretaria
	Requerimento de liberação do crédito	Providenciar o requerimento de liberação do crédito conforme na primeira etapa, com formulário disponibilizado pela Secretaria
	Entregar documentos da terceira etapa na Secretaria da Fazenda Regional	
4ª Etapa	Ordem de Transferência do Crédito - OTC	Será liberado pela Fiscalização a OTC, permitindo a transferência do crédito
	Autorização de Transferência do Crédito - AUC	Será liberado a AUC, autorizando a empresa a se creditar do ICMS